

PROVA COMENTADA: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO (2017)

APRESENTAÇÃO

Olá, futuro aprovado,

Em 2017 foi aplicada a última prova objetiva para o cargo de **defensor público federal** de nosso país, realizada pela CEBRASPE.

Nossa equipe de professores comentou a prova para você, que estuda para, em breve, se tornar defensor ou defensora pública.

Você não pode ficar sem conferir esse material.

Aqui, você tem a oportunidade de antecipar os temas que são cobrados, o nível de aprofundamento exigido, e o estilo das questões, além de revisar os tópicos já estudados, pensando no próximo certame da DPU.

Conte conosco.

Thiago Foetsch Dias de Carvalho,

Coordenador do Estratégia Carreiras Jurídicas.

Sumário

Prova comentada: Defensoria Pública da União (2017).....	1
<i>Apresentação</i>	<i>1</i>
Considerações finais	129

PROVA COMENTADA

DPU (2017)

Questão 01. A respeito da resposta do reclamado e do ônus da prova no processo do trabalho, julgue o item a seguir.

De acordo com a jurisprudência do TST, o protesto judicial é medida cabível na seara trabalhista, porém somente gera efeito interruptivo sobre o prazo prescricional bienal, não alcançando a prescrição quinquenal.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADO.

A questão está incorreta, pois o protesto judicial, medida cabível na seara trabalhista, gera efeito interruptivo tanto sobre o prazo prescricional bienal quanto sobre a prescrição quinquenal.

Nesse sentido, a OJ – SDI – 392 e o Informativo nº 160 do TST: “OJ 392. PRESCRIÇÃO. INTERRUPTIVO. AJUIZAMENTO DE PROTESTO JUDICIAL. MARCO INICIAL. O protesto judicial é medida aplicável no processo do trabalho, por força do art. 769 da CLT e do art. 15 do Código de Processo Civil (CPC) de 2015. O ajuizamento da ação, por si só, interrompe o prazo prescricional, em razão da inaplicabilidade do § 2º do art. 240 do CPC de 2015 (§ 2º do art. 219 do CPC de 1973), incompatível com o disposto no art. 841 da CLT.” e “Protesto judicial. Prescrição bienal e quinquenal. Interrupção. Marco inicial. Orientação Jurisprudencial nº 392 da SBDI-I. O efeito interruptivo do prazo prescricional mediante o ajuizamento de protesto judicial não se restringe à prescrição bienal, alcançando também a quinquenal. Todavia, o marco inicial para o reinício do cômputo da prescrição extintiva é a data do trânsito em julgado da decisão proferida na primeira ação, ou seja, do protesto judicial, enquanto que a contagem da prescrição quinquenal se reinicia na data do ajuizamento do referido protesto. Na hipótese dos autos, é incontroverso que o protesto judicial ocorreu em 18.8.1998, o contrato de emprego foi extinto em 17.3.2005 e a demanda ajuizada em 4.5.2005, ou seja, mais de cinco anos após a interrupção da prescrição. Assim, a SBDI-I, por unanimidade, conheceu dos embargos por contrariedade à Orientação Jurisprudencial nº 392 da SBDI-I e, no mérito, deu-lhes provimento para pronunciar a prescrição da pretensão referente às parcelas anteriores a 4.5.2000, reformando, portanto, a decisão turmária que não conheceu integralmente do recurso de revista e manteve a interrupção da prescrição

quinquenal pelo protesto judicial. TST-E-ED-RR-92600-76.2005.5.05.0462, SBDI-I, rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, 1º.6.2017”.

Com a Reforma Trabalhista de 2017, surgiu uma discussão doutrinária e jurisprudencial sobre a possibilidade de interrupção prescricional por protesto judicial. Isso porque o §3º do artigo 11 da CLT determina: “A interrupção da prescrição somente ocorrerá pelo ajuizamento de reclamação trabalhista, mesmo que em juízo incompetente, ainda que venha a ser extinta sem resolução do mérito, produzindo efeitos apenas em relação aos pedidos idênticos.”. Dessa forma, apenas o ajuizamento da reclamação trabalhista seria capaz de interromper a prescrição, não se utilizando mais a norma do Código Civil.

Diante da celeuma, foi instaurado um Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade do presente dispositivo, ainda pendente de julgamento (PROCESSO Nº TST-RR - 1001285-90.2019.5.02.0704): INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 11, § 3º, DA CLT. REGÊNCIA DOS ARTS. 274 E SEQUENTES DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. PROTESTO JUDICIAL. AJUIZAMENTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. IMPOSSIBILIDADE. AFASTAMENTO DO DISPOSITIVO CELETISTA PELA TURMA SEM DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DO PRECEITO. INVIABILIDADE. VIOLAÇÃO DO ART. 97 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PERTINÊNCIA DA SÚMULA VINCULANTE Nº 10. A Consolidação das Leis do Trabalho, alterada pela Lei nº 13.467/2017, incluiu ao art. 11, o § 3º, que dispõe que a “interrupção da prescrição somente ocorrerá pelo ajuizamento de reclamação trabalhista, mesmo que em juízo incompetente, ainda que venha a ser extinta sem resolução do mérito, produzindo efeitos apenas em relação aos pedidos idênticos”. Logo, a nova sistemática restringe a interrupção da prescrição à hipótese de ajuizamento de reclamação trabalhista, pelo que não se cogita mais de aplicação do art. 202, II, do Código Civil nas ações ajuizadas após a entrada em vigor da nova lei. Ocorre que, na sessão de julgamento de 9 de junho de 2021, em retorno de vista regimental do Ministro Douglas Alencar Rodrigues, a e. 5ª Turma do TST inclinou-se no sentido de afastar a incidência do preceito nos autos, a fim de reconhecer a interrupção da prescrição por protesto ajuizado após a entrada em vigor do novo dispositivo da CLT, o que culminou com a suscitação de arguição de inconstitucionalidade por parte do relator, dando-se cumprimento ao que preceitua o art. 274 e seguintes do RITST. Intimado o Ministério Público do Trabalho e as partes, com manifestação da reclamante e do parquet trabalhista, retorna o feito para apreciação do incidente, na forma do art. 275, caput, do RITST. Sucintamente, percebe-se que a parte reclamante ingressou com o protesto interruptivo em 26/09/2019, quando já em vigor o citado art. 11, § 3º, da CLT, com a redação que lhe foi conferida pela Lei nº 13.467/2017, razão pela qual a via eleita seria inadequada, o que foi afastado pela maioria do colegiado. É certo que existe um aparente conflito de teses entre o citado dispositivo da CLT e o art. 202, II, do Código Civil, assim como de outros dispositivos debatidos pelo voto divergente do Exmo. Sr. Min. Douglas Alencar Rodrigues (arts. 5º, caput, e 8º, III, da Constituição). Contudo, é fato que a legislação trabalhista resolve o problema da integração sistêmica de normas processuais pela dicção do art. 769 da CLT, segundo o qual: “Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte

subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas deste Título.” Assim, a aplicação supletiva de legislação alheia à trabalhista se dá na exata medida em que a segunda é omissa e o dispositivo alienígena é compatível com os princípios que regem o processo do trabalho. Tendo havido o suprimento da omissão legal pelo legislador, data vênia, não cabe mais invocar a aplicação de dispositivo alheio ao processo do trabalho, o qual se tornou incompatível com a disciplina estabelecida pelo novo preceito celetista. Desse modo, e tendo em vista que a e. 5ª Turma do TST se inclinou pela não aplicação da disposição literal contida no art. 11, § 3º, da CLT (redação conferida pela Lei nº 13.467/2017), pelas razões de direito acima expostas, é admissível o presente incidente de arguição de inconstitucionalidade, com base no art. 97 da Constituição Federal, combinando com a Súmula Vinculante nº 10 do Supremo Tribunal Federal. (...) Logo, tendo havido o afastamento do novo dispositivo da CLT que trata da interrupção da prescrição no direito do trabalho, é de se acolher o incidente de arguição de inconstitucionalidade suscitado pelo relator, em torno do art. 11, § 3º, da CLT, (...). Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade acolhido, com determinação de remessa dos autos ao Tribunal Pleno.”.

Enquanto aguarda-se o julgamento desse incidente, os órgãos fracionários têm decidido conforme a jurisprudência anterior, de aceitar o protesto judicial como marco interruptivo da prescrição. Por fim, essa interrupção seria possível tanto na prescrição bienal quanto na prescrição quinquenal, não havendo qualquer ressalva do art. 206 do CC nesse aspecto.

Questão 02. Julgue o seguinte item, acerca das regras relativas ao processo eleitoral previstas na legislação competente.

Para concorrer a determinada eleição, o candidato deve possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo mínimo de seis meses antes da realização do pleito.

Certo.

Errado.

Comentários

Questão DESATUALIZADA.

Questão 03. Julgue o seguinte item, acerca das regras relativas ao processo eleitoral previstas na legislação competente.

Para a realização da prestação de contas pelo sistema simplificado, a legislação considera o critério do montante de recursos financeiros utilizados na campanha e, no caso das eleições para prefeitos e vereadores, a quantidade de eleitores do município.

Certo.

Errado.

Comentários

Questão CERTA.

Questão 04. A respeito da teoria e do regime jurídico dos direitos fundamentais, julgue o item que se segue à luz das disposições da CF.

Sob o aspecto da legitimidade ativa, por meio de habeas data é possível obter informações relativas a qualquer pessoa, desde que as informações sejam classificadas como públicas.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADO.

O habeas data não se presta para solicitar informações relativas a terceiros, conforme a jurisprudência do STF.

Por meio desse remédio constitucional é possível obter informações de caráter pessoal referentes à pessoa do impetrante, conforme disposto no art. 5º, inciso LXXII, alínea "a", da CF/88. Logo a assertiva erra ao afirmar ser possível obter informações relativas a qualquer pessoa.

Art. 5º (...)

LXXII - conceder-se-á habeas data:

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

Nesse sentido é a jurisprudência do STF:

O habeas data não se presta para solicitar informações relativas a terceiros, pois, nos termos do inciso LXXII do art. 5º da CF, sua impetração deve ter por objetivo "assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante".

[HD 87 AgR, rel. min. Cármen Lúcia, j. 25-11-2009, P, DJE de 5-2-2010.]

Questão 06. Com relação a obrigações, contratos e responsabilidade civil, julgue os itens a seguir à luz do entendimento dos tribunais superiores.

A aplicação da teoria da perda da chance pressupõe uma possibilidade concreta, real e com alto grau de probabilidade de se garantir um benefício ou sofrer um prejuízo, bem como que a ação ou omissão do agente tenha nexos causal com a perda da oportunidade de exercer a chance.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

Esta teoria é aplicada pelo STJ que exige, no entanto, que o dano seja REAL, ATUAL e CERTO, dentro de um juízo de probabilidade, e não mera possibilidade, porquanto o dano potencial ou incerto, no espectro da responsabilidade civil, em regra não é indenizável (REsp 1.104.665-RS, Rel. Min. Massami Uyeda, julgado em 9/6/2009).

Fonte: Dizer o Direito

Questão 07. Com relação a obrigações, contratos e responsabilidade civil, julgue os itens a seguir à luz do entendimento dos tribunais superiores.

A correção monetária objetiva a manutenção do poder aquisitivo da moeda, corrigindo o valor nominal da obrigação. Por isso, essa atualização deve observar as oscilações inflacionárias positivas e desconsiderar as negativas.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

Nos termos da jurisprudência do STJ: "RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. PLANTA COMUNITÁRIA DE TELEFONIA. RESTITUIÇÃO DO VALOR INVESTIDO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. APLICAÇÃO DE ÍNDICES NEGATIVOS DE CORREÇÃO MONETÁRIA. CABIMENTO. REJEIÇÃO DA IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESCABIMENTO. Para fins do art. 543-C do CPC: Aplicam-se os índices de deflação na correção monetária de crédito oriundo de título executivo judicial, preservado o seu valor nominal." (REsp 1361191/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/03/2014, DJe 27/06/2014)".

Dessa forma, a correção monetária considera tanto as variações positivas quanto as negativas, preservando o valor nominal.

Questão 08. Com relação a obrigações, contratos e responsabilidade civil, julgue os itens a seguir à luz do entendimento dos tribunais superiores.

Nos contratos celebrados pelo SFH, admite-se a capitalização de juros em periodicidade inferior à anual, desde que pactuada de forma expressa.

Certo.

Errado.

Comentários

Questão **ANULADA**.

Questão 09. Uma senhora procurou a DP para ajuizar ação de alimentos contra o pai de seu filho menor de idade. Ela informou que o genitor não possuía bens em seu nome, mas exercia atividade empresarial em sociedade com um amigo: a venda de quentinhas. Apresentou cópia do contrato social, que, contudo, não era inscrito no órgão de registro próprio.

Considerando essa situação hipotética e a necessidade de se obter o pagamento da pensão, julgue o item a seguir.

Se o pai não pagar os alimentos espontaneamente e não forem encontrados bens de sua titularidade, caberá à DP invocar a teoria da desconsideração da personalidade jurídica contra a sociedade empresária.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADO.

Trata-se de sociedade não personificada, já que o contrato não era inscrito no órgão de registro próprio. Sendo assim, incabível a desconsideração de um ente que não detém personalidade jurídica ainda, não sendo tal sociedade uma pessoa jurídica não possui patrimônio próprio, conforme o art. 45 do CC/02.

Questão 10. Com base em informações do sistema de score de crédito, método estatístico de avaliação de risco, determinada instituição financeira recusou pedido de empréstimo em dinheiro feito por João. Em razão da recusa, João ajuizou ação contra a instituição financeira, alegando prática comercial ilegal por parte dela, e requereu a aplicação do CDC.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir à luz do entendimento do STJ.

Dadas as partes envolvidas na referida situação, o CDC não poderá ser aplicado ao caso, que deverá ser tratado com base nas disposições contratuais do Código Civil.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

O CDC será aplicado ao caso em tela conforme jurisprudência fixada pelo STJ que diz: O CDC é aplicável as instituições financeiras (súmula 297).

Já para o "credit scoring" ser lícito, é necessário que respeite os limites estabelecidos pelo sistema de proteção do consumidor no sentido da tutela da privacidade e da máxima transparência nas relações negociais, conforme previsão do CDC e da Lei 12.414/2011, assim disposto na súmula 550.

Questão 11. Com relação à responsabilidade e às práticas comerciais nas relações consumeristas, julgue o item que se seguem.

Situação hipotética: Paulo, dono de estabelecimento comercial, vendeu uma batedeira elétrica de fabricante identificado. Posteriormente, o aparelho explodiu durante o uso, o que causou lesão no consumidor. Assertiva: Nessa situação, não haverá responsabilidade solidária entre o fabricante e Paulo pelo dano causado.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

A responsabilidade do comerciante será subsidiária, haja vista o fabricante ter sido identificado.

Questão 12. Com referência à proteção contratual e ao contrato de adesão, julgue o seguinte item.

Nas relações de consumo, não se admite cláusula resolutória nos contratos de adesão.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

O CDC admite a cláusula resolutória nos contratos de adesão, desde que seja alternativa e cabendo a escolha ao consumidor, conforme § 2º do art. 54 do CDC.

Questão 13. Com referência à proteção contratual e ao contrato de adesão, julgue o seguinte item.

Aplicam-se as disposições do CDC às relações de consumo estabelecidas pela compra de produtos de camelôs, haja vista o vendedor ser considerado fornecedor.

Certo.

Errado.

Comentários

CORRETA.

O conceito de fornecedor previsto no art. 3º do CDC é amplo, abrangendo também pessoa física.

Importante notar, ainda, que o comprador deve se adequar ao conceito de consumidor (art. 2º) para que seja caracterizada uma relação de consumo.

Questão 14. Um agricultor autuado por infração ambiental solicitou auxílio da DP. No auto de infração, constam: a conduta de impedir a regeneração natural de floresta localizada em APP, por manter a área como pasto; a indicação da pena de multa em razão da ilegalidade. Segundo o agricultor, na verificação, os agentes públicos federais afirmaram ser possível a responsabilização nas esferas administrativa, criminal e civil. Ele argumentou, por fim, que comprou a propriedade já no estado atual e que desconhecia as supostas ilegalidades.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item que se seguem.

Se ficar constatado que a área degradada pode ser recuperada por simples regeneração natural, a pena de multa indicada no auto de infração não poderá ser convertida em reparação de danos.

Certo.

Errado.

Comentários

Questão DESATUALIZADA.

Questão 15. Um agricultor autuado por infração ambiental solicitou auxílio da DP. No auto de infração, constam: a conduta de impedir a regeneração natural de floresta localizada em APP, por manter a área como pasto; a indicação da pena de multa em razão da ilegalidade. Segundo o agricultor, na verificação, os agentes públicos federais afirmaram ser possível a responsabilização nas esferas administrativa, criminal e civil. Ele argumentou, por fim, que comprou a propriedade já no estado atual e que desconhecia as supostas ilegalidades.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item que se seguem.

O argumento de desconhecimento da ilegalidade poderá ser eficiente para afastar eventual condenação criminal, mas não evitará a responsabilização civil.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA

A responsabilidade PENAL ambiental é SUBJETIVA. Por outro lado, a responsabilidade CIVIL por dano ambiental é OBJETIVA, ou seja, pode atingir todos os poluidores, a quem a própria legislação define como “a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental” (art. 3º, V, da Lei nº 6.938/81).

Fonte: Dizer o Direito

Questão 16. A DP realizou mutirão com famílias que ocupam um imóvel público urbano situado na encosta de um morro. O objetivo era verificar quais diligências poderiam ser feitas em favor daquela comunidade, tendo em vista a intensa fiscalização ambiental e urbanística no local.

Com relação a essa situação hipotética, julgue o item subsequente.

Será cabível o ajuizamento de ação de usucapião pró-moradia para benefício das famílias da referida ocupação que possuam como sua área de até duzentos e cinquenta metros quadrados por período superior a cinco anos

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

A questão exigiu o conhecimento da Súmula 340 do STF:

Desde a vigência do Código Civil, os bens dominicais, como os demais bens públicos, não podem ser adquiridos por usucapião.

Questão 17. Um sistema processual civil que não proporcione à sociedade o reconhecimento e a realização dos direitos, ameaçados ou violados, que tem cada um dos jurisdicionados, não se harmoniza com as garantias constitucionais de um Estado democrático de direito. Se é ineficiente o sistema processual, todo o ordenamento jurídico passa a carecer de real efetividade. De fato, as normas de direito material se transformam em pura ilusão, sem a garantia de sua correlata realização, no mundo empírico, por meio do processo.

Exposição de motivos do Código de Processo Civil/2015, p. 248-53. Vade Mecum Acadêmico de Direito Rideel. 22.^a ed. São Paulo, 2016 (com adaptações).

Voltado para a concepção democrática atual do processo justo, o CPC promoveu a evolução do contraditório, que passou a ser considerado efetivo apenas quando vai além da simples possibilidade formal de oitiva das partes

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

O contraditório realizava-se com a observância do binômio conhecimento-reação, ou seja, uma parte tem o direito de conhecer as alegações feitas no processo pela outra e tem o direito de, querendo, contrariá-las ALÉM do direito de influência, ou seja, o contraditório deve garantir não só o conhecimento e a reação da parte, mas também a possibilidade de que esta influência na decisão final do processo.

Dessa forma, o contraditório pode ser dividido nas seguintes dimensões:

dimensão formal refere-se ao direito de participar do processo (ser ouvido).

dimensão material refere-se ao poder de influenciar na decisão.

Certa, portanto, a assertiva.

Questão 18. A respeito da competência, julgue o item subsequente com base no entendimento doutrinário e jurisprudencial sobre o assunto.

Segundo o entendimento do STJ, ainda que possível o reconhecimento da conexão entre dois processos, será impossível a sua reunião quando isso puder implicar modificação de competência absoluta, devendo-se, nesse caso, reconhecer questão de prejudicialidade entre as demandas e suspender uma delas.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA

Nesse sentido é a jurisprudência do STJ conforme o informativo 559:

A conexão entre duas causas ocorre quando elas, apesar de não serem idênticas, possuem um vínculo de identidade entre si quanto a algum dos seus elementos caracterizadores. São duas (ou mais) ações diferentes, mas que mantêm um vínculo entre si.

Segundo o texto do CPC, existe conexão quando duas ou mais ações tiverem o mesmo pedido (objeto) ou causa de pedir.

Quando o juiz verificar que há conexão entre duas causas, ele poderá ordenar de ofício ou a requerimento a reunião delas para julgamento em conjunto. Essa é a regra geral não sendo aplicável, contudo, quando a reunião implicar em modificação da competência absoluta.

STJ 4ª Turma REsp 1.221.941-RJ, Rel. Min Luis Felipe Salomão, julgado em 24/2/2015(Info 559).

Questão 19. A respeito da competência, julgue o item subsequente com base no entendimento doutrinário e jurisprudencial sobre o assunto.

Segundo o entendimento do STJ, ainda que possível o reconhecimento da conexão entre dois processos, será impossível a sua reunião quando isso puder implicar modificação de competência absoluta, devendo-se, nesse caso, reconhecer questão de prejudicialidade entre as demandas e suspender uma delas.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA

Nesse sentido é a jurisprudência do STJ conforme o informativo 559:

A conexão entre duas causas ocorre quando elas, apesar de não serem idênticas, possuem um vínculo de identidade entre si quanto a algum dos seus elementos caracterizadores. São duas (ou mais) ações diferentes, mas que mantêm um vínculo entre si.

Segundo o texto do CPC, existe conexão quando duas ou mais ações tiverem o mesmo pedido (objeto) ou causa de pedir.

Quando o juiz verificar que há conexão entre duas causas, ele poderá ordenar de ofício ou a requerimento a reunião delas para julgamento em conjunto. Essa é a regra geral não sendo aplicável, contudo, quando a reunião implicar em modificação da competência absoluta.

STJ 4ª Turma REsp 1.221.941-RJ, Rel. Min Luis Felipe Salomão, julgado em 24/2/2015(Info 559).

Questão 20. A respeito da competência, julgue o item subsequente com base no entendimento doutrinário e jurisprudencial sobre o assunto.

O julgamento de ação contra o INSS que objetive o reconhecimento exclusivo do direito de receber pensão decorrente de morte de companheiro não será de competência da justiça federal caso seja necessário enfrentar questão prejudicial referente à existência da união estável.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

A jurisprudência do STJ é no sentido oposto ao mencionado na questão, nos seguintes termos:

AÇÃO DE PENSÃO POR MORTE NA QUAL HAVERÁ RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL
- Compete à JUSTIÇA FEDERAL processar e julgar demanda proposta em face do INSS com o objetivo de ver reconhecido exclusivamente o direito da autora de receber pensão decorrente da morte do alegado companheiro, ainda que seja necessário enfrentar questão prejudicial referente à existência, ou não, da união estável. STJ. 1ª Seção. CC 126.489-RN, Rel. Min. Humberto Martins, julgado em 10/4/2013 (Info 517).

Questão 21. A respeito da competência, julgue o item subsequente com base no entendimento doutrinário e jurisprudencial sobre o assunto.

O CPC permite à parte a propositura de ação de execução de título extrajudicial simultaneamente à ação de conhecimento relativa ao mesmo ato jurídico, desde que haja conexão entre as demandas.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA

O art. 55 do CPC dispõe que reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.

§ 2º Aplica-se o disposto no caput:

I – à execução de título extrajudicial e à ação de conhecimento relativa ao mesmo ato jurídico.

§ 3º Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles.

Desta forma, percebe-se que o CPC não exige que haja conexão entre as ações, podendo portanto parte propor ação de execução de título extrajudicial simultaneamente à ação de

conhecimento relativa ao mesmo ato jurídico, MESMO QUE NÃO HAJA conexão entre as demandas.

Questão 22. A respeito das normas gerais de direito tributário, julgue o seguintes item.

A fluência de juros de mora de dívida ativa regularmente inscrita exclui a liquidez do crédito.

Certo.

Errado.

Comentários

Questão ERRADA

Questão 23. A respeito das normas gerais de direito tributário, julgue o seguintes item.

O administrador judicial será responsável solidário pelo pagamento dos tributos quando for impossível o cumprimento da obrigação principal pela massa falida.

Certo.

Errado.

Comentários

Questão ANULADA.

Questão 24. A respeito das espécies tributárias existentes no sistema tributário brasileiro, julgue o item que se seguem.

A isenção ou não incidência do ICMS acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores, salvo se houver determinação legal em contrário.

Certo.

Errado.

Comentários

CORRETA.

A questão exige conhecimento da literalidade do art. 155, §2º, II, b.

CF

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

(...)

§2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

II - a isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação:

- a) não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes;
- b) acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores;

Questão 25. A respeito das espécies tributárias existentes no sistema tributário brasileiro, julgue o item que se segue.

No cálculo do valor de determinada taxa, pode haver elementos da base de cálculo de algum imposto, desde que não haja total identidade entre uma base e outra.

Certo.

Errado.

Comentários

CORRETA.

A questão exige conhecimento da Súmula Vinculante nº 29 do STF.

Súmula Vinculante 29

"É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra."

Diante da proibição imposta pelo texto constitucional, de que as taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos, o Ministro Ricardo Lewandowski votou no sentido de que "o que a CF/1988 reclama é a ausência de completa identidade com a base de cálculo própria dos impostos e que, em seu cálculo, se verifique uma equivalência razoável entre o valor pago pelo contribuinte e o custo individual do serviço que lhe é prestado."

(RE 576.321 QO-RG)

Questão 26. Em assalto a uma agência bancária, Lúcio conseguiu alta monta financeira. Com parte do dinheiro, ele comprou imóvel em nome próprio, tendo declarado na escritura de compra e venda valor inferior ao que foi efetivamente pago pelo imóvel. Em seguida, Lúcio vendeu o bem pelo valor de mercado, o que tornou lícito o proveito econômico do crime praticado.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes à luz da legislação e da doutrina pertinentes à lavagem de dinheiro e à extinção de punibilidade.

Caso o crime de roubo prescreva, subsistirão a punibilidade e o crime de lavagem de dinheiro em razão da compra e posterior venda do imóvel com o proveito econômico do crime.

Certo.

Errado.

Comentários

Questão ANULADA

Questão 27. Em assalto a uma agência bancária, Lúcio conseguiu alta monta financeira. Com parte do dinheiro, ele comprou imóvel em nome próprio, tendo declarado na escritura de compra e venda valor inferior ao que foi efetivamente pago pelo imóvel. Em seguida, Lúcio vendeu o bem pelo valor de mercado, o que tornou lícito o proveito econômico do crime praticado.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes à luz da legislação e da doutrina pertinentes à lavagem de dinheiro e à extinção de punibilidade.

Conforme a legislação específica, para que Lúcio seja condenado pelo crime de lavagem de dinheiro, é necessário que haja condenação, ao menos em primeiro grau, pelo crime de roubo à agência bancária.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

Segundo expressa previsão do Artigo 2º, I da lei 9.613/98, NÃO é necessário o processo e julgamento da infração antecedente para possível condenação por lavagem de dinheiro.

Questão 28. A respeito de coisa julgada e inquérito policial, julgue o item a seguir.

Situação hipotética: Pedro, servidor público federal, foi indiciado pela Polícia Federal por suposta prática de corrupção passiva no exercício de suas atribuições. O inquérito policial, após remessa ao órgão do MPF, foi arquivado, por requerimento do procurador da República, em razão da atipicidade da conduta, e o arquivamento foi homologado pelo juízo criminal competente. **Assertiva:** Nessa situação, o ato de arquivamento do inquérito fez exclusivamente coisa julgada formal, o que impossibilita posterior desarquivamento pelo parquet, ainda que diante da existência de novas provas.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

O STF e STJ são uníssomos ao afirmarem que o arquivamento do inquérito policial por atipicidade da conduta, faz coisa julgada material, isto é, não pode ser objeto de desarquivamento, mesmo quando surgirem novas provas (HC 84156/MT).

Questão 29. Em cada um dos itens seguintes é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada à luz das disposições constitucionais e legais a respeito de competência.

Auditoria do TCU indicou que o prefeito do município X desviou, para benefício próprio, valores oriundos da União ainda sujeitos a prestação de contas perante órgão federal. Nessa situação, conforme o entendimento do STF, a competência para julgamento do prefeito será do tribunal de justiça do respectivo estado por expressa previsão constitucional.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

O STF e o STJ entendem que há interesse da União (art. 109, IV, CF/88) quando ocorre o desvio de verba provenientes da União sujeitas à fiscalização do TCU (HC 80867/PI), sendo da competência da Justiça Federal o julgamento do caso em análise.

Questão 30. A respeito dos atos processuais, das nulidades e da atuação do DP no processo penal, julgue o item que se seguem

Situação hipotética: Com relação a determinado acusado, a DPU apresentou resposta à acusação, arguindo, preliminarmente, a nulidade da sua citação por hora certa e, no mérito, a existência de excludente de ilicitude, requerendo, assim, a sua absolvição. O magistrado competente afastou, fundamentadamente, a nulidade da citação; nada declarou quanto ao mérito; confirmou o recebimento da denúncia e designou audiência de instrução. Assertiva: Nessa situação, foi correta a decisão do juiz, visto que houve resposta fundamentada à preliminar e que ele possui a prerrogativa de analisar a questão de mérito em momento posterior à instrução do processo.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

Conforme preconiza a Carta da República, todas as decisões do Poder Judiciário devem ser fundamentadas, sob pena de nulidade (art. 93, IX, CF/88). Entende a jurisprudência do STJ, que o magistrado deve se pronunciar sobre as teses preliminares, mesmo que de forma rápida para que não haja o exaurimento de matéria referente ao mérito da causa (RHC 46127-MG).

Questão 31. Acerca da aplicação da lei penal militar, dos crimes militares e da aplicação da pena no âmbito militar, cada um dos itens que se seguem apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Hélio, que é soldado, desertou e, antes de ele se apresentar ou ser capturado, o CPM foi alterado para aumentar a pena do crime de deserção. Nessa situação, caso seja capturado futuramente, Hélio estará sujeito à nova pena

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

Hélio estará sujeito à nova pena, nos termos da súmula nº 711, do STF.

Questão 32. Acerca da aplicação da lei penal militar, dos crimes militares e da aplicação da pena no âmbito militar, cada um dos itens que se seguem apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Um oficial foi preso em flagrante delito pelo cometimento de crime militar que não se consumou por circunstâncias alheias à sua vontade, tendo sido denunciado e se tornado réu em ação penal militar. Nessa situação, a depender da gravidade, o juiz poderá aplicar a pena do crime consumado, sem diminuí-la.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

O juiz poderá aplicar a pena do crime consumado, sem diminuí-la, nos termos do art. 30, parágrafo único, do CPM.

Questão 33. À luz do direito penal militar, julgue os itens a seguir, relativos a suspensão condicional da pena, livramento condicional, penas acessórias e extinção da punibilidade.

Situação hipotética: Em tempo de paz, durante uma instrução e na presença de outros militares, um soldado desrespeitou o sargento responsável pela atividade, tendo sido processado, julgado e condenado a um ano de detenção, por desrespeito a superior.

Assertiva: Nessa situação, a execução da pena poderá ser suspensa pelo período de dois anos, a depender dos antecedentes do infrator

Certo.

Errado.

Comentários

Questão **ERRADO**

Questão 34. No que se refere aos crimes militares e às medidas de segurança adotadas nesses casos, julgue o item subsecutivo.

Situação hipotética: Enquanto assumia posto de sentinela de determinado quartel, um soldado foi encontrado portando certa quantidade de substância entorpecente.

Assertiva: Nessa situação, dependendo da quantidade de droga encontrada com o soldado, o princípio da insignificância poderá ser aplicado e o militar poderá não ser denunciado pela posse do entorpecente.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

STF e STM são uníssonos no sentido de não reconhecer a aplicabilidade do princípio da insignificância ao delito do art. 290 do CPM. A título ilustrativo: HC 152492 AgR.

Questão 35. No que diz respeito ao juiz, aos auxiliares da justiça e às partes do processo militar, à organização da justiça militar da União e sua competência e à prisão preventiva, julgue os itens que se seguem.

Coronel da reserva remunerada que cometer crime militar será submetido ao Conselho Especial de Justiça, que é constituído por um juiz auditor e quatro juízes militares.

Certo.

Errado.

Comentários

Questão **DESATUALIZADA**.

Questão 36. No que diz respeito ao juiz, aos auxiliares da justiça e às partes do processo militar, à organização da justiça militar da União e sua competência e à prisão preventiva, julgue os itens que se seguem.

Se um tenente que sirva em organização militar sediada no Rio de Janeiro – RJ cometer crime militar em Manaus – AM, à auditoria da circunscrição judiciária do Rio de Janeiro competirá processá-lo e julgá-lo.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

A competência processar e julgar o tenente **NÃO** será da auditoria da circunscrição judiciária do Rio de Janeiro, com base nos art. 88, do CPPM.

Questão 37. No que se refere a interrogatório, deserção e recursos no âmbito do processo penal militar, julgue o itens subseqüente.

O soldado que, após dois anos de serviço militar, desertar e for capturado no mesmo mês será submetido a inspeção de saúde e, independentemente de o resultado o considerar apto ou inapto, será reincluído no serviço ativo, por ser esta a condição para ele ser processado e julgado pelo crime de deserção.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

O desertor sem estabilidade será reincluído quando julgado APTO para o serviço militar, nos termos do art. 457, § 1º, do CPPM.

Questão 38. No que se refere a interrogatório, deserção e recursos no âmbito do processo penal militar, julgue o itens subseqüente.

O cabo condenado por crime militar, em cuja sentença sejam reconhecidos sua primariedade e os seus bons antecedentes, poderá apelar em liberdade

Certo.

Errado.

Comentários

CERTO

Nos termos do art. 527 do Código de Processo Penal Militar, o cabo condenado por crime militar, em cuja sentença sejam reconhecidos sua primariedade e os seus bons antecedentes, poderá apelar em liberdade.

Questão 39. Julgue o seguinte item acerca das regras relativas ao processo eleitoral previstas na legislação competente.

As sanções previstas na lei para o caso de condutas vedadas nas campanhas eleitorais atingem exclusivamente os agentes públicos responsáveis por elas.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADO.

As sanções previstas no art.73 da lei 9504/97 para o caso de condutas vedadas nas campanhas eleitorais atingem os agentes públicos, servidores,ou não responsáveis por elas, e, ainda, os partidos políticos, coligações e candidatos que se beneficiarem da conduta vedada.

De acordo com o art.73, caput da lei 9504/97, as condutas são vedadas aos agentes públicos, servidores ou não:

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais (...)

No art.73 § 4º da Lei 9054/97 está previsto que o descumprimento do art.73 resultará em suspensão imediata do agente e multa:

§ 4º O descumprimento do disposto neste artigo acarretará a suspensão imediata da conduta vedada, quando for o caso, e sujeitará os responsáveis a multa no valor de cinco a cem mil UFIR.

Já no art.73 §8º da Lei 9054/97 está previsto que as sanções de suspensão imediata do agente e multa serão aplicáveis também aos agentes públicos responsáveis pelas condutas vedadas e aos partidos, coligações e candidatos que delas se beneficiarem:

§ 8º Aplicam-se as sanções do § 4º aos agentes públicos responsáveis pelas condutas vedadas e aos partidos, coligações e candidatos que delas se beneficiarem.

Questão 40. Com referência à organização administrativa, ao controle dos atos da administração pública e ao entendimento jurisprudencial acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens a seguir.

Como decorrência da hierarquia existente no âmbito da administração pública, o órgão superior detém o poder de avocar atribuições de competência exclusiva de órgão a ele subordinado.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

O órgão superior poderá avocar atribuições de órgão a ele subordinado.

No entanto, não é permitida a avocação de competência exclusiva, nos termos do art. 15, da Lei 9.784/99 e em consonância com a doutrina administrativa.

Questão 41. Com referência à organização administrativa, ao controle dos atos da administração pública e ao entendimento jurisprudencial acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens a seguir.

O controle judicial dos atos administrativos discricionários restringe-se ao aspecto da legalidade, estando, portanto, impedido o Poder Judiciário de apreciar motivação declinada expressamente pela autoridade administrativa.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

O controle judicial dos atos administrativos discricionários restringe-se ao aspecto da legalidade, sendo permitido que o Poder Judiciário aprecie a motivação declinada expressamente pela autoridade administrativa.

Questão 42. Jorge, servidor público federal ocupante de cargo de determinada carreira, foi, por meio administrativo, transferido para cargo de carreira diversa.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item subsequente à luz do entendimento dos tribunais superiores.

O direito da administração pública de anular o referido ato administrativo se sujeita ao prazo decadencial de cinco anos.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

No caso em tela, por ser inconstitucional o instituto da transferência, entende a jurisprudência do STF e do STJ que o direito de a administração pública, no uso do seu poder de autotutela, anular o referido ato administrativo não se sujeita ao prazo decadencial de cinco anos, previsto no art. 54 da Lei nº 9.784/1999.

Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

Questão 43. Jorge, servidor público federal ocupante de cargo de determinada carreira, foi, por meio administrativo, transferido para cargo de carreira diversa.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item subsequente à luz do entendimento dos tribunais superiores.

A forma de provimento do cargo público na referida situação — transferência para cargo de carreira diversa — foi inconstitucional, por violar o princípio do concurso público; cabe à administração pública, no exercício do poder de autotutela, anular o ato ilegal, respeitado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

A questão está certa, uma vez que, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, disposta na súmula vinculante n.º 43, "é inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido".

Questão 44. Considerando o entendimento do STJ acerca do procedimento administrativo, da responsabilidade funcional dos servidores públicos e da improbidade administrativa, julgue o seguinte item .

Em procedimento disciplinar por ato de improbidade administrativa, somente depois de ocorrido o trânsito em julgado administrativo será cabível a aplicação da penalidade de demissão.

Certo.

Errado.

Comentários

Questão DESATUALIZADA.

Questão 45. Considerando o entendimento do STJ acerca do procedimento administrativo, da responsabilidade funcional dos servidores públicos e da improbidade administrativa, julgue o seguinte item .

Em ação de improbidade administrativa por ato que cause prejuízo ao erário, a decretação da indisponibilidade dos bens do acusado pode ocorrer antes do recebimento da petição inicial, desde que fique efetivamente demonstrado o risco de dilapidação de seu patrimônio.

Certo.

Errado.

Comentários

Questão DESATUALIZADA

Questão 46. Julgue os itens a seguir, relativos a rescisão do contrato de trabalho e seguro-desemprego.

Situação hipotética: Em determinado órgão público, constatado o aumento excessivo das despesas com pessoal, além do previsto na dotação orçamentária, anulou-se de ofício a nomeação de empregado público concursado que cumpria estágio probatório. Assertiva: Nessa situação, de acordo com o TST, a dispensa será nula, devendo-se determinar o retorno do empregado ao trabalho, uma vez que não houve o regular procedimento administrativo para assegurar o devido processo legal e a ampla defesa.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

Embora não tenha direito à estabilidade, o servidor em estágio probatório não pode ser dispensado sem o devido procedimento administrativo, bem como o direito ao contraditório e ampla defesa. Por isso, correta a assertiva.

Questão 47. Julgue os itens a seguir, relativos a rescisão do contrato de trabalho e seguro-desemprego.

Caso se identifique, em ação de fiscalização do Ministério do Trabalho, situação em que trabalhadores estejam reduzidos a condição análoga à de escravo, esses trabalhadores deverão ser resgatados e terão direito ao recebimento do seguro-desemprego

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

Os trabalhadores identificados na condição análoga de escravos serão resgatados e terão direito à percepção de três parcelas do seguro desemprego. Por isso, correta a assertiva.

Questão 48. Julgue os itens a seguir, relativos a rescisão do contrato de trabalho e seguro-desemprego.

O empregado doméstico que for dispensado terá direito ao benefício do seguro-desemprego se a dispensa se der sem justa causa, mas não terá esse direito se a dispensa se der por justa causa ou por rescisão indireta

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA

O empregado fará jus ao recebimento do seguro-desemprego também na rescisão indireta, nos termos do art. 2º da Lei 7998/90, uma vez que a rescisão por justa causa do empregador, denominada de indireta, produz os mesmos efeitos da rescisão sem justa causa.

Questão 49. A respeito da estabilidade no trabalho e da terceirização trabalhista, julgue os itens a seguir, tendo como referência o entendimento dos tribunais superiores

A administração pública tomadora de serviços terceirizados será automaticamente responsável pelo pagamento de verbas trabalhistas que não forem adimplidas pela empresa prestadora, em razão da culpa presumida in vigilando do órgão público: a falta de fiscalização da execução do contrato de prestação de serviços.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA

O inadimplemento dos direitos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, conforme artigo 71, § 1º, da Lei 8.666/1993, não sendo outro o entendimento consagrado na Tese com Repercussão Geral n.º 246 do STF e na Súmula 331, V, do TST.

Questão 50. A respeito da estabilidade no trabalho e da terceirização trabalhista, julgue os itens a seguir, tendo como referência o entendimento dos tribunais superiores

Situação hipotética: Em acordo coletivo de trabalho, foi incluída cláusula que aumenta o prazo de estabilidade provisória das empregadas gestantes admitidas por prazo indeterminado, de cento e oitenta dias para duzentos e dez dias. **Assertiva:** Nessa situação, a cláusula será válida, mesmo resultando em tratamento diferenciado entre as empregadas admitidas por prazo indeterminado e as admitidas por prazo determinado.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

A norma coletiva que amplia além do mínimo legal a estabilidade provisória das gestantes (artigo 10, II, b, ADCT) apenas contratadas por tempo indeterminado não viola a isonomia, devendo ser reconhecida a validade da autonomia privada coletiva (artigo 7º, caput e inciso XXVI, CF, artigos 611 e 614, CLT)

Questão 51. A respeito da resposta do reclamado e do ônus da prova no processo do trabalho, julgue o item a seguir.

Situação hipotética: Ao prestar assistência jurídica a um necessitado, a DP ajuizou reclamação trabalhista fundamentada na irregularidade dos depósitos do FGTS e alegou que o ônus da prova era do empregador. **Assertiva:** Nessa situação, foi correta a atuação da DP: o empregador tem o ônus da prova em relação à regularidade dos depósitos do FGTS, pois o pagamento é fato extintivo do direito do autor.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA

A informação da Defensoria Pública está perfeita. A Súmula 461 do TST afirma que o ônus da prova é do empregador, que deverá demonstrar que realizou adequadamente os depósitos do FGTS.

Questão 52. A respeito da resposta do reclamado e do ônus da prova no processo do trabalho, julgue o item a seguir.

O não comparecimento do reclamado à audiência inaugural trabalhista resulta em revelia, além de resultar em confissão quanto à matéria de fato.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA

O gabarito aponta a assertiva como correta na forma apontada no caput do artigo 844 da CLT, mas a presente assertiva tem que ser avaliada de acordo com o § 5º do artigo 844 da CLT, segundo o qual revelia não é mais ausência da parte, e sim falta de defesa.

Questão 53. Acerca da justiça gratuita, da prova pericial, do procedimento sumaríssimo e da ação civil pública na justiça do trabalho, julgue o item seguinte.

De acordo com o TST, em ação civil pública, é possível a exigibilidade, antes do trânsito em julgado, de multa por descumprimento de obrigação de fazer imposta em sentença proferida nos autos do processo.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA

É exigível a multa, antes do trânsito em julgado, por descumprimento de obrigação de fazer imposta em sentença proferida nos autos do processo, conforme fundamentos e interpretação

sistemática derivada do artigo 12, § 2º, da Lei 7.347/1985, do artigo 84, §§ 3º a 5º, da Lei 8.078/1990 e do artigo 537 do Novo Código de Processo Civil.

Questão 54. Em relação aos recursos no processo do trabalho, à execução trabalhista e ao mandado de segurança na justiça do trabalho, julgue os itens que se seguem à luz do entendimento do TST.

Na hipótese de recolhimento insuficiente do depósito recursal, somente haverá deserção do recurso se, no prazo de cinco dias da intimação, o recorrente não complementar e comprovar o pagamento.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA

Realmente só pode haver a inadmissão do recurso por deserção caso seja oportunizada a complementação do valor pelo recorrente, no prazo de 5 dias, nos termos da OJ 140 da SDI-1 do TST. A parte que recolheu a menor os valores tem direito de complementá-lo.

Questão 55. Em relação aos recursos no processo do trabalho, à execução trabalhista e ao mandado de segurança na justiça do trabalho, julgue os itens que se seguem à luz do entendimento do TST.

A tutela provisória concedida na sentença pode ser impugnada pela via do mandado de segurança, admitindo-se a obtenção do efeito suspensivo por requerimento do impetrante.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA

A situação não comporta a utilização de mandado de segurança, mas de recurso ordinário contra a sentença, nos termos da Súmula 414, I do TST. Vejam que a tutela foi concedida na sentença, havendo portanto ato judicial passível de interposição de recurso, nos termos do art. 895, I da CLT. Se a tutela fosse proferida antes da sentença, o remédio cabível seria o mandado de segurança.

Questão 56. Acerca da seguridade social no Brasil, de sua evolução histórica e de seus princípios, julgue o item seguir.

A Lei Eloy Chaves, de 1923, foi um marco na legislação previdenciária no Brasil, pois unificou os diversos institutos de aposentadoria e criou o INPS.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

A Lei Elói Chaves, de 1923, foi a responsável pela criação das Caixas de Aposentadorias e pensões (CAP's). O INPS foi criado em 1966 pelo Decreto 72 de 21 de novembro de 1966.

Questão 57. Acerca da seguridade social no Brasil, de sua evolução histórica e de seus princípios, julgue o item seguir.

Dado o princípio da universalidade de cobertura, a seguridade social tem abrangência limitada àqueles segurados que contribuem para o sistema

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADO.

O princípio da universalidade de cobertura significa que a Seguridade Social deve abranger todos os riscos sociais, independentemente de contribuição.

Questão 58. Acerca da seguridade social no Brasil, de sua evolução histórica e de seus princípios, julgue o item seguir.

O princípio da equidade na forma de participação no custeio do RGPS não veda a existência de alíquotas de contribuições diferenciadas entre empregadores nem entre empregados.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

O princípio da equidade na forma de participação no custeio parte de um pressuposto de justiça distributiva, na qual quem pode mais, contribuiu mais.

Questão 59. Acerca da seguridade social no Brasil, de sua evolução histórica e de seus princípios, julgue o item seguir.

O segurado aposentado pelo RGPS que passar a auferir renda na condição de trabalhador autônomo será segurado obrigatório em relação a essa atividade e participará do custeio da seguridade social.

Certo.

Errado.

Comentários

CORRETA.

A assertiva está de acordo com o previsto no art. 12, § 4º, da Lei nº 8.213/81:

"§ 4º O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que estiver exercendo ou que voltar a exercer atividade abrangida por este regime é segurado obrigatório em relação a

essa atividade, ficando sujeito às contribuições de que trata esta lei, para fins de custeio da Seguridade Social."

Assim, está correto afirmar que o segurado aposentado pelo RGPS que passar a auferir renda na condição de trabalhador autônomo será segurado obrigatório em relação a essa atividade e participará do custeio da seguridade social.

Questão 60. Cada um dos itens seguintes, acerca de benefícios previdenciários, apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Raul nunca havia contribuído para o RGPS. No entanto, após uma semana do início de atividade laboral em determinado emprego, um acidente de trabalho o tornou incapaz e insuscetível de reabilitação. Nessa situação, Raul não faz jus ao benefício da aposentadoria por invalidez porque não cumpriu o tempo de carência exigido

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

Por expressa disposição legal, a carência é dispensada para a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente de acidente de trabalho, conforme dispõe o artigo 26, II, da Lei nº 8.213/91.

Questão 61. A respeito do tratamento constitucional conferido à DP, da organização e do funcionamento da DPU e da responsabilidade funcional de seus membros, julgue o a seguir.

As penas de demissão e cassação da aposentadoria aos membros da DPU serão aplicadas pelo presidente da República, cabendo ao DPG a aplicação das demais penalidades funcionais.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

A questão abordou o conhecimento do examinando sobre a Defensoria Pública (artigo 134, da CF/88), mais especificamente a da União (artigo 134, § 3º, da CF/88), e aspectos referentes à Responsabilidade Funcional de seus membros (artigo 50, § 6º, da Lei Complementar nº 80/1994).

Art. 50 § 6º As penas de demissão e cassação da aposentadoria serão aplicadas pelo Presidente da República e as demais pelo Defensor Público-Geral, garantida sempre a ampla defesa, sendo obrigatório o inquérito administrativo nos casos de aplicação de remoção compulsória, suspensão, demissão e cassação da aposentadoria.

Questão 62. A respeito do tratamento constitucional conferido à DP, da organização e do funcionamento da DPU e da responsabilidade funcional de seus membros, julgue o a seguir.

De acordo com o entendimento do STJ, enquanto os estados, mediante lei específica, não organizarem suas DPs para atuarem continuamente na capital federal, o acompanhamento dos processos em trâmite naquela corte será prerrogativa da DPU.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

Questão versa sobre o tratamento constitucional conferido a Defensoria Pública, e a jurisprudência do STJ sobre o tema:

1. Enquanto os Estados, mediante lei específica, não organizarem suas Defensorias Públicas para atuarem continuamente nesta Capital Federal, inclusive com sede própria, o acompanhamento dos processos em trâmite nesta Corte constitui prerrogativa da Defensoria Pública da União - DPU. Precedentes.

(AgRg no HC 378.088/SC, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 06/12/2016, DJe 16/12/2016)

Questão 63. No que se refere às atribuições institucionais da DP, à assistência jurídica gratuita e à gratuidade da justiça, julgue o item seguintes.

Segundo a jurisprudência do STJ, o benefício da assistência judiciária gratuita gera efeitos ex nunc e, uma vez concedido, afasta a necessidade de renovação do pedido em cada instância.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

O enunciado está correto, posto que o STJ possui entendimento pacificado no sentido de que o pedido dos benefícios da assistência judiciária gratuita possui efeitos relacionados ao momento do pedido e posteriores a ele, não sendo admitido a retroatividade.

Ainda, o STJ sedimentou entendimento de que uma vez concedida os benefícios da assistência judiciária prevalecerá para todas as instâncias.

Questão 64. No que se refere às atribuições institucionais da DP, à assistência jurídica gratuita e à gratuidade da justiça, julgue o item seguintes.

De acordo com o entendimento do STJ, apesar de ser função institucional do órgão, a função de curador especial é hipótese de atuação atípica, desvinculada da comprovação de pobreza pelo beneficiário, razão por que a DP faz jus a honorários advocatícios pelo seu exercício.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADO

Conforme a jurisprudência do STJ: "Destarte, o defensor público não faz jus ao recebimento de honorários advocatício pelo exercício de curatela especial, por estar no exercício de funções institucionais, para o que já é remunerado mediante subsídio em parcela única. [STJ REsp 1201674/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 06/06/2012, DJe 01/08/2012]

Questão 65. No que se refere às atribuições institucionais da DP, à assistência jurídica gratuita e à gratuidade da justiça, julgue o item seguintes.

As funções institucionais da DP incluem a promoção prioritária da solução extrajudicial de conflitos por meio de mediação, conciliação e arbitragem, tendo natureza jurídica de título executivo extrajudicial o instrumento resultante da composição referendado pelo DP.

Certo.

Errado.

Comentários

CORRETA.

A questão demanda conhecimento do artigo 4º, II, bem como §4º, da Lei Complementar nº 80/94 (Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios):

Art. 4º São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras:

II – promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos;

(...)

§ 4º O instrumento de transação, mediação ou conciliação referendado pelo Defensor Público valerá como título executivo extrajudicial, inclusive quando celebrado com a pessoa jurídica de direito público.

O enunciado replica as disposições do artigo transcrito, pelo que a questão está correta.

Questão 66. A respeito da evolução histórica do constitucionalismo no Brasil, das concepções e teorias sobre a Constituição e do sistema constitucional brasileiro, julgue o item a seguir.

A CF goza de supremacia tanto do ponto de vista material quanto do formal.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTO.

A supremacia formal é um atributo específico das Constituições rígidas, como a brasileira, cujas normas possuem um processo de elaboração mais solene e completo que o ordinário (art. 60 CF/88).

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

A supremacia material é corolário do objeto clássico das Constituições, quais sejam, os direitos e garantias fundamentais, estrutura do Estado e organização dos poderes -, que trazem em si os fundamentos do Estado de Direito.

Fonte: Direito Constitucional Descomplicado - Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo.

Questão 67. A respeito da evolução histórica do constitucionalismo no Brasil, das concepções e teorias sobre a Constituição e do sistema constitucional brasileiro, julgue o item a seguir.

Em relação ao exercício do controle de constitucionalidade pelo Poder Judiciário, o rol de órgãos competentes para o exercício do controle abstrato é mais restrito que o de órgãos aptos ao exercício do controle difuso.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTO.

A) Controle difuso: é exercido por qualquer juiz ou tribunal, todas as esferas normativas estão sujeitas a este controle respeitada a competência do órgão jurisdicional.

B) Controle concentrado ou abstrato: no sistema constitucional brasileiro, somente podem exercer o controle abstrato de constitucionalidade o Supremo Tribunal Federal, tendo como parâmetro a Constituição Federal, e os Tribunais de Justiça, tendo como parâmetro a respectiva Constituição Estadual.

Questão 68. A respeito da evolução histórica do constitucionalismo no Brasil, das concepções e teorias sobre a Constituição e do sistema constitucional brasileiro, julgue o item a seguir.

Somente após o advento da República a Constituição brasileira passou a prever um sistema de garantia de direitos individuais e coletivos.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

No seu artigo 179, a Constituição do Império já trazia um rol extenso de direitos e garantias fundamentais, em sua maioria pautados na liberdade (1ª geração/dimensão), com fundamento na ideia do Estado Liberal, sob inspiração francesa.

Questão 69. A respeito da organização do Estado e do Poder Judiciário, julgue os itens subsequentes com base no texto constitucional.

No que se refere à defesa dos interesses dos necessitados, cabe à DP a defesa de direitos individuais e coletivos, mesmo no âmbito da esfera extrajudicial.

Certo.

Errado.

Comentários

CORRETA.

Conforme art. 134, CF, efetivamente cabe à DP a defesa de direitos individuais e coletivos dos necessitados, seja em âmbito judicial ou extrajudicial.

“Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.”

Questão 70. Lúcio foi internado em um hospital da rede privada para submeter-se a tratamento médico eletivo a ser realizado pelo SUS. Na unidade hospitalar onde ele foi internado, os quartos individuais superiores são reservados a pacientes particulares, e àqueles que desfrutam do atendimento gratuito são disponibilizados quartos coletivos de nível básico. Com o intuito de utilizar um quarto individual, por ser mais confortável, Lúcio se prontificou a pagar o valor da diferença entre as modalidades dos quartos, o que foi recusado pelo hospital, que informou ser vedado o uso das acomodações superiores por pacientes atendidos pelo SUS, mesmo mediante pagamento complementar.

Considerando essa situação hipotética, julgue os seguintes itens com base na posição majoritária e atual do STF

É vedado às instituições privadas com fins lucrativos participarem do SUS, as quais não podem, ainda, oferecer quartos com custos diferentes para pacientes sujeitos ao mesmo procedimento médico.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADO.

A questão está incorreta, nos termos do § 1º do art. 199 da CF/88: “A assistência à saúde é livre à iniciativa privada. § 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.”.

Além disso, o STF fixou a seguinte tese em sede de Repercussão Geral (RE 581488): “É constitucional a regra que veda, no âmbito do Sistema Único de Saúde, a internação em acomodações superiores, bem como o atendimento diferenciado por médico do próprio Sistema Único de Saúde, ou por médico conveniado, mediante o pagamento da diferença dos valores correspondentes”.

Questão 71. Lúcio foi internado em um hospital da rede privada para submeter-se a tratamento médico eletivo a ser realizado pelo SUS. Na unidade hospitalar onde ele foi internado, os quartos individuais superiores são reservados a pacientes particulares, e àqueles que desfrutam do atendimento gratuito são disponibilizados quartos coletivos de nível básico. Com o intuito de utilizar um quarto individual, por ser mais confortável, Lúcio se prontificou a pagar o valor da diferença entre as modalidades dos quartos, o que foi recusado pelo hospital, que informou ser vedado o uso das acomodações superiores por pacientes atendidos pelo SUS, mesmo mediante pagamento complementar.

Considerando essa situação hipotética, julgue os seguintes itens com base na posição majoritária e atual do STF

A vedação à internação de Lúcio em acomodações superiores mediante o pagamento da diferença é constitucional: o atendimento pelo SUS é orientado, entre outros critérios, pela isonomia.

Certo.

Errado.

Comentários

CORRETA.

Está em conformidade com o entendimento do STF, que entende ser vedada a “diferença de classes”, consistente no pagamento complementar, em virtude da isonomia (RE 581.488/RS, rel. Min. Dias Toffoli).

Questão 72. A respeito de nacionalidade, julgue o item a seguir

Estado soberano estrangeiro possui imunidade de jurisdição em matéria tributária, situação que impede a cobrança de imposto sobre a importação de bebidas alcoólicas para consumo na respectiva embaixada.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA

De acordo com Paulo Henrique Gonçalves Portela, podemos conceituar imunidade de jurisdição como a "impossibilidade de que certas pessoas sejam julgadas por outros Estados contra a sua vontade e que seus bens sejam submetidos a medidas por parte das autoridades dos entes estatais onde se encontram ou onde atuam" (in Direito Internacional Público e Privado, 2012, p. 200), sendo que a imunidade em matéria tributária (tratada como isenção fiscal) é fundamentada no artigo 23 da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas e no artigo 32 da Convenção de Viena sobre Relações Consulares, razão pela qual podemos concluir que o Estado soberano estrangeiro possui imunidade de jurisdição em matéria tributária, situação que impede a cobrança de imposto sobre a importação de bebidas alcoólicas para consumo na respectiva embaixada.

Questão 73. A respeito de nacionalidade, julgue o item a seguir

Imunidade de jurisdição é atributo inerente aos organismos internacionais decorrente do fato de estes serem considerados pessoas jurídicas de direito internacional.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA

Afirmativa errada, pois em desconformidade com entendimento do Supremo tribunal Federal sobre a matéria. A imunidade de jurisdição dos organismos internacionais depende de previsão em tratado, não advém do simples fato de serem PJs de direito internacional.

Questão 74. De acordo com o entendimento do STJ acerca da homologação de sentenças estrangeiras, julgue o item seguinte.

A existência de sentença estrangeira transitada em julgado que verse sobre guarda ou obrigação de alimentos impede a propositura de nova ação de guarda ou de alimentos na justiça brasileira.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

Segundo o STJ "o fato de já ter sido proferida uma sentença estrangeira tratando sobre guarda e alimentos, não impede que a questão seja reapreciada pela Justiça brasileira, considerando que esses temas (guarda e alimentos) são relações de caráter continuativo, ou seja, que variam de acordo com a situação do momento (ex: no dia de ontem, era melhor que a guarda estivesse com o pai, o que não significa necessariamente que hoje isso continue sendo verdadeiro)" [STJ. Corte Especial. SEC 6.485-EX, Rel. Min. Gilson Dipp, julgado em 03/09/2014 (Info 548)].

Questão 75. De acordo com o entendimento do STJ acerca da homologação de sentenças estrangeiras, julgue o item seguinte.

O caráter laico do Estado brasileiro impede a homologação de sentenças estrangeiras eclesiásticas de anulação de matrimônio confirmadas pela Santa Sé.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

Conforme o informativo 574 do STJ:

É possível a homologação pelo STJ de sentença eclesiástica de anulação de matrimônio, confirmada pelo órgão de controle superior da Santa Sé. STJ.

Corte Especial. SEC 11.962-EX, Rel. Min. Felix Fischer, julgado em 4/11/2015 (Info 574).

Questão 76. A respeito do instituto da extradição, julgue os itens subsequentes de acordo com o entendimento do STF.

Constitui óbice ao deferimento do pedido de extradição a inexistência, no ordenamento jurídico do Estado requerente, de sistema de progressão de regime de cumprimento de pena privativa de liberdade

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA

Afirmativa incorreta, não constituindo óbice à extradição a ausência do regime de progressão de pena no ordenamento jurídico do Estado Requerente, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Questão 77. A respeito do instituto da extradição, julgue os itens subsequentes de acordo com o entendimento do STF.

A existência de vínculos conjugais e(ou) familiares do extraditando estrangeiro com pessoas de nacionalidade brasileira não se qualifica como causa obstativa da extradição

Certo.

Errado.

Comentários

CERTO

O enunciado está certo, conforme julgamento de pedido feito nos autos da Extradição (EXT) 1121, solicitada pelo governo dos Estados Unidos da América. Na ocasião do julgamento, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello rejeitou pedido de liberdade formulado pelo estrangeiro Leonard Kolschowsky, que está no Brasil em regime de prisão para fins de extradição. Um dos fundamentos rejeitados pelo ministro no pedido de revogação da prisão cautelar foi a alegação de que o estrangeiro possui família no Brasil. Celso de Mello alegou que o STF, em inúmeros precedentes, salientou que o casamento com brasileiro ou brasileira não constitui obstáculo ao deferimento da extradição do estrangeiro.

Celso de Mello citou que "a existência de vínculos conjugais e/ou familiares com pessoas de nacionalidade brasileira não se qualifica como causa obstativa da extradição".

Questão 78. A respeito do instituto da extradição, julgue os itens subsequentes de acordo com o entendimento do STF.

Será excluído da detração o período em que o extraditando tiver ficado preso cautelarmente no Brasil por crimes cometidos em território nacional que não estiverem elencados no pedido de extradição.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA

Nos exatos termos do entendimento do STF sobre o tema (vide Ext 1288, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 21/03/2017, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-066 DIVULG 31-03-2017 PUBLIC 03-04-201).

Questão 79. A respeito do instituto da extradição, julgue os itens subsequentes de acordo com o entendimento do STF.

Se o estrangeiro manifestar de modo inequívoco o seu desejo de ser extraditado, ficarão dispensadas as formalidades inerentes ao processo de extradição

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA

Para o STF, o desejo de ser extraditado, ainda que manifestado, de modo inequívoco, pelo súdito estrangeiro, não basta, só por si, para dispensar as formalidades inerentes ao processo extraditacional, posto que este representa garantia indisponível instituída em favor do próprio extraditando.

Questão 80. Acerca da proteção a grupos vulneráveis, julgue os seguinte item

O reconhecimento da ascendência quilombola pelas autoridades federais independe de a própria comunidade atribuir-se essa característica.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

Pelo contrário, conforme se extrai da doutrina e dos artigos 17 e 18 do Estatuto da Igualdade Racial, os quilombolas são minoria étnica cujos integrantes se inter-relacionam com base em identidade de usos, costumes e histórico comum de resistência à escravidão, sendo detentores de especial proteção estatal apenas aqueles que se atribuam tais qualidades:

"Art. 17. O poder público garantirá o reconhecimento das sociedades negras, clubes e outras formas de manifestação coletiva da população negra, com trajetória histórica comprovada, como patrimônio histórico e cultural, nos termos dos arts. 215 e 216 da Constituição Federal.

Art. 18. É assegurado aos remanescentes das comunidades dos quilombos o direito à preservação de seus usos, costumes, tradições e manifestos religiosos, sob a proteção do Estado."

Questão 81. Acerca da proteção a grupos vulneráveis, julgue os seguinte item

A recuperação da autoestima pela pessoa escarpelada constitui aspecto fundamental a ser considerado para se estabelecer o alcance da assistência jurídica que a ela será prestada.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA

A pessoa escarpelada, que perdeu seus cabelos em virtude de arrancamento brusco e fundamental, tem direito a recuperá-lo.

Questão 82. A respeito do defensor nacional de direitos humanos e do DP interamericano, julgue item a seguir

Nos termos da Lei Complementar n.º 80/1994 e da Resolução n.º 127/2016 do Conselho Superior da DPU, o defensor nacional de direitos humanos concorre com os demais DPs federais no que tange à representação de violação à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, mas só o defensor nacional de direitos humanos pode postular perante a CIDH

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

Nos termos do artigo 7, inciso I, da Resolução nº 127/2016, que regulamenta a tutela coletiva de direitos e interesses pela Defensoria Pública da União.

Art. 7º. Incumbe ao Defensor Nacional de Direitos Humanos, entre outros:

I – representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos;

Questão 83. A respeito do defensor nacional de direitos humanos e do DP interamericano, julgue item a seguir

É cabível a atuação concorrente do DP interamericano nos processos em que a representação legal da vítima na CIDH estiver a cargo — mediante o devido credenciamento — do defensor nacional de direitos humanos.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

É DESCABIDA a atuação concorrente do Defensor Interamericano com o Defensor Nacional, na forma do Regulamento Interno da Corte Interamericana de Direitos Humanos (art. 2, item 11 e art. 37).

11. a expressão “DEFENSOR INTERAMERICANO” significa a pessoa que a Corte designe para assumir a REPRESENTAÇÃO LEGAL DE UMA SUPOSTA VÍTIMA QUE NÃO TENHA DESIGNADO UM DEFENSOR POR SI MESMA;

Questão 84. Tendo como referência as diversas teorias da filosofia do direito, julgue o item a seguir.

Para Kelsen, no sentido lógico-jurídico, a norma fundamental define a validade do conteúdo das normas jurídicas positivadas no ordenamento.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

A Norma hipotética fundamental (Grundnorm) de Kelsen NÃO define a validade do conteúdo das normas jurídicas mas a maneira em que se dá o processo de criação de norma de acordo com as competências definidas por tal norma.

Para esse jurista, todas as normas positivas encontram fundamento de validade numa norma pressuposta de que tais normas devem ser obedecidas, que baseia o ordenamento jurídico da máxima de que “devemos obedecer à Constituição” ou “devemos obedecer aos precedentes judiciais” ou ainda “devemos obedecer aos costumes”.

Fonte: GONÇALVES, Alex Silva; QUIRINO, Regio Hermilton Ribeiro. A Norma Hipotética Fundamental de Hans Kelsen e a Regra de Reconhecimento de Herbert Hart: semelhanças e diferenças entre os critérios de validade do Sistema Jurídico. Sequência (Florianópolis), n. 78, p. 91-118, 2018.

Questão 85. Tendo como referência as diversas teorias da filosofia do direito, julgue o item a seguir.

Enquanto Hart conceitua o direito como o conjunto de ordens coercitivas emanadas da autoridade soberana, Dworkin entende que o direito é um conceito interpretativo derivado da melhor justificação moral das regras e princípios de uma comunidade política.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA

O erro da assertiva está em atrelar a Hebert Hart uma teoria de John Austin, para o qual um sistema jurídico é o conjunto formado por todos os comandos emitidos pelo soberano e direcionados aos súditos. Esse critério de identidade baseia-se no princípio da origem legislativa e assume que toda norma de um sistema jurídico tem uma única e persistente fonte.

Na realidade tal tese é objeto de crítica de Hart a Austin.

Fonte: Revista da PUC-Rio. A identidade do direito no positivismo analítico: Austin e Kelsen. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9453/9453_4.PDF>

Questão 86. Acerca das teorias contemporâneas da justiça, julgue o item a seguir.

Para o libertarismo, a defesa do livre mercado é incompatível com a política social baseada na tributação redistributiva porque esta representa uma violação aos direitos do povo.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA

O pensamento libertário defende as liberdades de mercado e restrições de políticas sociais sob responsabilidade do Estado.

Em consequência, opõem-se às tributações redistributivas que dão viabilizações a uma teoria liberal de igualdade. Pode-se dizer, de forma geral, que as diferenças entre os libertários e os liberais iniciam pelo seguinte fundamento: enquanto os liberais corroboram com a conciliação dos

valores políticos de liberdade e igualdade, os libertários defendem como valor supremo a liberdade.

Fonte: Liberalismo e libertarismo: distribuição e igualdade. Daniela Grillo de Azevedo - em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/semanadefilosofia/VIII/1.25.pdf>

Questão 87. Em uma ação de reintegração de posse, foi determinada a remoção de centenas de famílias, que havia anos tinham fixado moradia no local e compartilhavam a prestação de serviços mútuos. Antes da ocupação, o espaço era um terreno abandonado de propriedade da massa falida de uma empresa em débito com a fazenda pública, única credora habilitada. A comunidade, além da mobilização junto aos governos municipal e estadual com o objetivo de regularizar a ocupação, havia, por meio de sua associação, procurado o órgão da DP, que, na oportunidade, ajuizou ação de desapropriação indireta, que ainda não havia sido julgada. Quando do cumprimento da decisão de reintegração de posse, diante da resistência dos integrantes da ocupação, registrou-se o uso desproporcional de violência pela força policial, tendo a ação resultado em prisões, pessoas feridas e perda de objetos pessoais dos moradores.

A respeito dessa situação hipotética e de ideias relacionadas à sociologia do direito, julgue o item a seguir.

A remoção das famílias com o emprego da força policial tipifica o controle social classificado como externo e positivo.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA

A assertiva se equivoca ao atribuir ao tipo de controle apontado a característica de positivo.

Diante de uma ação estatal como a descrita, de reintegração de posse, o Estado remove os indivíduos pela força, ou seja, sob a ameaça de punição e repressão, logo exercendo um controle negativo (constrangedor, sancionador, etc).

Questão 88. Em uma ação de reintegração de posse, foi determinada a remoção de centenas de famílias, que havia anos tinham fixado moradia no local e compartilhavam a prestação de serviços

mútuos. Antes da ocupação, o espaço era um terreno abandonado de propriedade da massa falida de uma empresa em débito com a fazenda pública, única credora habilitada. A comunidade, além da mobilização junto aos governos municipal e estadual com o objetivo de regularizar a ocupação, havia, por meio de sua associação, procurado o órgão da DP, que, na oportunidade, ajuizou ação de desapropriação indireta, que ainda não havia sido julgada. Quando do cumprimento da decisão de reintegração de posse, diante da resistência dos integrantes da ocupação, registrou-se o uso desproporcional de violência pela força policial, tendo a ação resultado em prisões, pessoas feridas e perda de objetos pessoais dos moradores.

A respeito dessa situação hipotética e de ideias relacionadas à sociologia do direito, julgue o item a seguir.

Sob a perspectiva quantitativa weberiana, o espaço de moradia é uma característica que diferencia os grupos sociais e localiza os indivíduos na estratificação social.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA

A assertiva está de acordo com o pensamento de Max Weber, posto que para este, partindo da tese de que Sociologia é uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social, isto é, qualquer ação no meio social que o sujeito confira um sentido.

Na compreensão weberiana, que difere de outras como a Marxista, a classe social não se configura a partir somente pela espécie de trabalho na produção econômica mas ao status referente às pelo consumo, à riqueza material e ao estilo de vida. De modo que, o espaço de moradia é também um demarcador da qualidade da posição social dos sujeitos, posto que, conforme o caso apresentado pela questão, pode interferir qualitativamente também no grau, na densidade e na característica da medida estatal.

Como há lugares de habitação recortados entre as classes sociais, os aspectos da moradia é revelador do acesso aos bens materiais e às oportunidades no mercado.

Questão 89. Em uma ação de reintegração de posse, foi determinada a remoção de centenas de famílias, que havia anos tinham fixado moradia no local e compartilhavam a prestação de serviços mútuos. Antes da ocupação, o espaço era um terreno abandonado de propriedade da massa

falida de uma empresa em débito com a fazenda pública, única credora habilitada. A comunidade, além da mobilização junto aos governos municipal e estadual com o objetivo de regularizar a ocupação, havia, por meio de sua associação, procurado o órgão da DP, que, na oportunidade, ajuizou ação de desapropriação indireta, que ainda não havia sido julgada. Quando do cumprimento da decisão de reintegração de posse, diante da resistência dos integrantes da ocupação, registrou-se o uso desproporcional de violência pela força policial, tendo a ação resultado em prisões, pessoas feridas e perda de objetos pessoais dos moradores.

A respeito dessa situação hipotética e de ideias relacionadas à sociologia do direito, julgue o item a seguir.

É possível identificar a existência concorrente de sistemas de direito estatal e extraestatal na situação apresentada, na medida em que, a despeito da ausência de regularização formal da ocupação, existe uma pluralidade de interações sociais com efeitos jurídicos reconhecidos

Certo.

Errado.

Comentários

Questão ANULADA

Questão 90. Em uma ação de reintegração de posse, foi determinada a remoção de centenas de famílias, que havia anos tinham fixado moradia no local e compartilhavam a prestação de serviços mútuos. Antes da ocupação, o espaço era um terreno abandonado de propriedade da massa falida de uma empresa em débito com a fazenda pública, única credora habilitada. A comunidade, além da mobilização junto aos governos municipal e estadual com o objetivo de regularizar a ocupação, havia, por meio de sua associação, procurado o órgão da DP, que, na oportunidade, ajuizou ação de desapropriação indireta, que ainda não havia sido julgada. Quando do cumprimento da decisão de reintegração de posse, diante da resistência dos integrantes da ocupação, registrou-se o uso desproporcional de violência pela força policial, tendo a ação resultado em prisões, pessoas feridas e perda de objetos pessoais dos moradores.

A respeito dessa situação hipotética e de ideias relacionadas à sociologia do direito, julgue o item a seguir.

Embora seja possível contestar sua legitimidade, a ação policial em questão está amparada no monopólio do uso da violência legal pelo Estado.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA

Apesar do abuso relatado e da possibilidade de contestar a legitimidade, a ação policial foi, ou ao menos pretendeu, estar amparada no monopólio do uso da violência legal pelo Estado.

Para o teórico Max Weber, o Estado se caracteriza e se diferencia das outras instituições por estabelecer o monopólio da violência considerada legítima, ou seja, proclama-se como a única instância social que pode promover atos violentos contra os sujeitos e tais atos serem reconhecidos e qualificados como legítimos.

Essas violências de natureza estatal podem ser exemplificadas com sanções penais, tais como a prisão, a restrição de direitos ou, como em alguns outros ordenamentos não brasileiros, a pena de morte ou de açoitamento.

Questão 91. Em uma ação de reintegração de posse, foi determinada a remoção de centenas de famílias, que havia anos tinham fixado moradia no local e compartilhavam a prestação de serviços mútuos. Antes da ocupação, o espaço era um terreno abandonado de propriedade da massa falida de uma empresa em débito com a fazenda pública, única credora habilitada. A comunidade, além da mobilização junto aos governos municipal e estadual com o objetivo de regularizar a ocupação, havia, por meio de sua associação, procurado o órgão da DP, que, na oportunidade, ajuizou ação de desapropriação indireta, que ainda não havia sido julgada. Quando do cumprimento da decisão de reintegração de posse, diante da resistência dos integrantes da ocupação, registrou-se o uso desproporcional de violência pela força policial, tendo a ação resultado em prisões, pessoas feridas e perda de objetos pessoais dos moradores.

A respeito dessa situação hipotética e de ideias relacionadas à sociologia do direito, julgue o item a seguir.

A decisão judicial tomada, de reintegração de posse, exemplifica a ideia historicista da sociologia do direito, segundo a qual a superestrutura jurídica obedece às forças materiais da estrutura econômica

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA

A assertiva faz uma atribuição equivocada de conceitos, atribuindo ao historicismo uma ferramenta da teoria do marxismo.

Em verdade, a ideia socialista marxista que argumenta que a superestrutura (costumes, direito, tradições, cultura, etc.) é determinada pelo modo como os homens se organizam economicamente em sociedade, a isto chamando de infraestrutura.

A maneira como as forças econômicas produtivas se organizam em relações condicionam os demais aspectos da estrutura social que serão sua projeção.

Questão 92. Tendo como referência os sistemas democráticos no mundo contemporâneo, julgue o item a seguir.

Considerando-se que, nos sistemas parlamentaristas de governo, o Poder Executivo depende da confiança da Câmara dos Deputados, que, por sua vez, está sujeita à dissolução pela convocação de eleições antecipadas, devem-se considerar parlamentaristas os sistemas de governo chamados mistos ou semipresidencialistas

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA

A assertiva está correta, pois no sistema semipresidencialista não há identidade entre Chefe de Governo (1º Ministro) e Chefe de Estado (Presidente). Sendo o Chefe de Estado é eleito diretamente pela população e que é mais do que uma figura puramente cerimonial como no parlamentarismo.

O Gabinete, embora seja nomeado pelo presidente, é responsável perante o legislador, o que pode obrigá-lo a demitir-se através de uma moção de censura.

Questão 93. Tendo como referência os sistemas democráticos no mundo contemporâneo, julgue o item a seguir.

O traço distintivo dos grupos de pressão é o objetivo de influenciar o processo decisório em favor de determinada pauta de interesses sem tomar as decisões diretamente, de modo que, ao contrário dos partidos políticos, esses grupos tendem a não lançar candidatos às eleições.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA

A alternativa explana bem as características dos chamados "grupos de pressão", esse tipo de organização política é caracterizada pelo exercício indireto do poder, isto é, em vez de possuir representantes que institucionalmente interferiram na esfera pública, opta-se por operações políticas baseada na influência aos agentes que exercem o poder público.

Por isso a desnecessidade de lançamento de candidaturas próprias, posto que o modo de agir de tais grupos implica em atuar influenciando os que forem eventualmente eleitos.

Questão 94. Tendo como referência os sistemas democráticos no mundo contemporâneo, julgue o item a seguir.

Dada a duração dos mandatos do presidente da República e dos parlamentares, o que estabelece regra mais previsível para governo e oposição, é correto afirmar que há uma relação positiva entre o sistema presidencialista, de um lado, e estabilidade política e democracia, de outro.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADO.

A questão está incorreta. Segundo Sérgio Abranches (Presidencialismo de Coalizão, 2018): "A estabilidade do mandato presidencial depende da capacidade de manter uma coalizão majoritária. Tem sido assim nas crises da Terceira República, como foi nas crises da Segunda. Falo de crises

políticas disruptivas, que decorrem da perda de confiança e legitimidade do presidente e da fuga de partidos ou facções da coalizão sem as quais não é mais possível compor uma maioria, ainda que trocando alianças e lealdades. Presidentes minoritários têm sido incapazes de preservar seu mandato. Na Segunda República, a ruptura do mandato se deu por suicídio, renúncia e golpes. Na Terceira, por impeachment. É essa relação entre firmeza da coalizão e segurança do mandato presidencial em crises disruptivas que distingue o presidencialismo de coalizão dos presidencialismos multipartidários de maioria ou dos que precisam recorrer a coalizões incidentais”.

Questão 95. De acordo com a legislação de regência e o entendimento dos tribunais superiores, julgue o próximo item.

Uma lei nova, ao revogar lei anterior que regulamentava determinada relação jurídica, não poderá atingir o ato jurídico perfeito, o direito adquirido nem a coisa julgada, salvo se houver determinação expressa para tanto

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

O artigo Art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal salienta: "A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada."

Ainda, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) aduz: "A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada."

Dessa forma, o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada serão sempre respeitados, com as normas supraditas não apresentando ressalvas.

Questão 96. De acordo com a legislação de regência e o entendimento dos tribunais superiores, julgue o próximo item.

Se o indivíduo A publicar, com fins econômicos ou comerciais, imagens do indivíduo B, sem autorização deste, será devida indenização independentemente de comprovação de prejuízo,

entendimento que não será aplicável caso a publicação seja relativa a propaganda político-eleitoral.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

De acordo com a jurisprudência firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, temos:

Configura dano moral indenizável a divulgação não autorizada da imagem de alguém em material impresso de propaganda político-eleitoral, independentemente da comprovação de prejuízo. "Em se tratando de direito à imagem, a obrigação da reparação decorre do próprio uso indevido do direito personalíssimo, não havendo de se cogitar da prova da existência concreta de prejuízo ou dano, nem de investigar as consequências reais do uso, sendo completamente desinfluyente, portanto, aferir se ofensivo ou não o conteúdo do referido ilícito. É irrelevante haver ou não caráter vexatório no uso da imagem para que o dano moral seja configurado. O dano decorre da própria violação do direito de imagem (dano in re ipsa)."

A súmula 403 do STJ corrobora: "Independente de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais."

Questão 97. De acordo com a legislação de regência e o entendimento dos tribunais superiores, julgue o próximo item.

Situação hipotética: B é sócio cotista da sociedade empresária A Ltda., que está encerrando suas atividades e, conseqüentemente, dissolvendo a sociedade. Assertiva: Nessa situação, em eventual demanda judicial envolvendo B e a figura jurídica A Ltda., esta poderá requerer a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade empresária, tendo como fundamento único o seu término.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

Nos termos da jurisprudência do STJ. Abaixo:

"EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. ARTIGO 50, DO CC. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. REQUISITOS. ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES OU DISSOLUÇÃO IRREGULARES DA SOCIEDADE. INSUFICIÊNCIA. DESVIO DE FINALIDADE OU CONFUSÃO PATRIMONIAL. DOLO. NECESSIDADE. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA. ACOLHIMENTO. 1. A criação teórica da pessoa jurídica foi avanço que permitiu o desenvolvimento da atividade econômica, ensejando a limitação dos riscos do empreendedor ao patrimônio destacado para tal fim. Abusos no uso da personalidade jurídica justificaram, em lenta evolução jurisprudencial, posteriormente incorporada ao direito positivo brasileiro, a tipificação de hipóteses em que se autoriza o levantamento do véu da personalidade jurídica para atingir o patrimônio de sócios que dela dolosamente se prevaleceram para finalidades ilícitas. Tratando-se de regra de exceção, de restrição ao princípio da autonomia patrimonial da pessoa jurídica, a interpretação que melhor se coaduna com o art. 50 do Código Civil é a que relega sua aplicação a casos extremos, em que a pessoa jurídica tenha sido instrumento para fins fraudulentos, configurado mediante o desvio da finalidade institucional ou a confusão patrimonial. 2. O encerramento das atividades ou dissolução, ainda que irregulares, da sociedade não são causas, por si só, para a desconsideração da personalidade jurídica, nos termos do Código Civil. 3. Embargos de divergência acolhidos."(EResp 1306553/SC, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/12/2014, DJe 12/12/2014)

A jurisprudência mais recente caminha no mesmo sentido: "CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. Ação de cobrança. Fase de cumprimento de sentença. Desconsideração da personalidade jurídica. Requisitos do artigo 50 do Código Civil. Abuso de direito, desvio de finalidade ou confusão patrimonial. Preenchimento. Negativa. Encerramento irregular da pessoa jurídica ou ausência de patrimônio suficiente para quitar o débito. Circunstâncias que não se enquadram nos limites previstos na legislação para a adoção de providência de caráter excepcional. Precedentes. Recurso Especial não provido." (STJ; REsp 1.785.666; Proc. 2018/0327738-9; AC; Rel. Min. Moura Ribeiro; Julg. 13/12/2018; DJE 19/12/2018; Pág. 13154)

Questão 98. No mundo contemporâneo (pós-moderno), a família perdeu o caráter natural, assumindo nova feição, forjada, agora, em fenômenos culturais. A família de hoje representa um "fenômeno humano em que se funda a sociedade, sendo impossível compreendê-la senão à luz da interdisciplinaridade, máxime na sociedade contemporânea, marcada por relações complexas, plurais, abertas, multifacetárias e (por que não?) globalizadas"

Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosendal. Curso de direito civil:

famílias. Vol. 6, 7.ª ed. São Paulo: Atlas, 2015, p. 3 (com adaptações).

A respeito do assunto objeto do texto precedente, julgue os itens que se seguem, tendo como referência o entendimento dos tribunais superiores.

A existência de vínculo com o pai ou a mãe registral não impede que o filho exerça o direito de busca da ancestralidade e da origem genética, dado que o reconhecimento do estado de filiação configura direito personalíssimo, indisponível e imprescritível.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

Nos termos da jurisprudência do STJ: "RECURSO ESPECIAL. DIREITO DE FAMÍLIA. FILIAÇÃO. IGUALDADE ENTRE FILHOS. ART. 227, § 6º, DA CF/1988. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. PATERNIDADE SOCIOAFETIVA. VÍNCULO BIOLÓGICO. COEXISTÊNCIA. DESCOBERTA OSTERIOR. EXAME DE DNA. ANCESTRALIDADE. DIREITOS SUCESSÓRIOS. GARANTIA. REPERCUSSÃO GERAL. STF. No que se refere ao Direito de Família, a Carta Constitucional de 1988 inovou ao permitir a igualdade de filiação, afastando a odiosa distinção até então existente entre filhos legítimos, legitimados e ilegítimos (art. 227, § 6º, da Constituição Federal). O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário nº 898.060, com repercussão geral reconhecida, admitiu a coexistência entre as paternidades biológica e a socioafetiva, afastando qualquer interpretação apta a ensejar a hierarquização dos vínculos. A existência de vínculo com o pai registral não é obstáculo ao exercício do direito de busca da origem genética ou de reconhecimento de paternidade biológica. Os direitos à ancestralidade, à origem genética e ao afeto são, portanto, compatíveis. O reconhecimento do estado de filiação configura direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, que pode ser exercitado, portanto, sem nenhuma restrição, contra os pais ou seus herdeiros. (REsp 1618230/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/03/2017, DJe 10/05/2017)".

O STF possui entendimento análogo: "A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios. Ex: Lucas foi registrado e criado como filho por João; vários anos depois, Lucas descobre que seu pai biológico é Pedro; Lucas poderá buscar o reconhecimento da paternidade biológica de Pedro sem que tenha que perder a filiação socioafetiva que construiu com João; ele terá dois pais; será um caso de pluriparentalidade; o filho terá direitos decorrentes de ambos os vínculos, inclusive no campo sucessório." STF. Plenário. RE 898060/SC, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 21 e 22/09/2016(Info 840).

Questão 99. No mundo contemporâneo (pós-moderno), a família perdeu o caráter natural, assumindo nova feição, forjada, agora, em fenômenos culturais. A família de hoje representa um “fenômeno humano em que se funda a sociedade, sendo impossível compreendê-la senão à luz da interdisciplinaridade, máxime na sociedade contemporânea, marcada por relações complexas, plurais, abertas, multifacetárias e (por que não?) globalizadas”

Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald. Curso de direito civil:

famílias. Vol. 6, 7.^a ed. São Paulo: Atlas, 2015, p. 3 (com adaptações).

A respeito do assunto objeto do texto precedente, julgue os itens que se seguem, tendo como referência o entendimento dos tribunais superiores.

Antes da regulamentação legal da união estável, era necessário, para futura partilha igualitária, comprovar o esforço comum dos companheiros na aquisição do patrimônio coletivo, o que não é mais necessário em razão da atual presunção de mútua assistência.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

Nos termos da jurisprudência do STF:

"Direito constitucional e civil. Recurso extraordinário. Repercussão geral. Aplicação do artigo 1.790 do Código Civil à sucessão em união estável homoafetiva. Inconstitucionalidade da distinção de regime sucessório entre cônjuges e companheiros. 1. A Constituição brasileira contempla diferentes formas de família legítima, além da que resulta do casamento. Nesse rol incluem-se as famílias formadas mediante união estável, hetero ou homoafetivas. O STF já reconheceu a “inexistência de hierarquia ou diferença de qualidade jurídica entre as duas formas de constituição de um novo e autonomizado núcleo doméstico”, aplicando-se a união estável entre pessoas do mesmo sexo as mesmas regras e mesmas consequências da união estável heteroafetiva (ADI 4277 e ADPF 132, Rel. Min. Ayres Britto, j. 05.05.2011) 2. Não é legítimo desequiparar, para fins sucessórios, os cônjuges e os companheiros, isto é, a família formada pelo casamento e a formada por união estável. Tal hierarquização entre entidades familiares é incompatível com a Constituição de 1988. Assim sendo, o art. 1790 do Código Civil, ao revogar as Leis nº 8.971/1994 e nº 9.278/1996 e discriminar a companheira (ou o companheiro), dando-lhe direitos sucessórios bem inferiores aos conferidos à esposa (ou ao marido), entra em contraste com os princípios da igualdade, da dignidade humana, da proporcionalidade como vedação à proteção deficiente e da

vedação do retrocesso. 3. Com a finalidade de preservar a segurança jurídica, o entendimento ora firmado é aplicável apenas aos inventários judiciais em que não tenha havido trânsito em julgado da sentença de partilha e às partilhas extrajudiciais em que ainda não haja escritura pública. 4. Provimento do recurso extraordinário. Afirmção, em repercussão geral, da seguinte tese: "No sistema constitucional vigente, é inconstitucional a distinção de regimes sucessórios entre cônjuges e companheiros, devendo ser aplicado, em ambos os casos, o regime estabelecido no art. 1.829 do CC/2002". (RE 646721, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 10/05/2017, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-204 DIVULG 08-09-2017 PUBLIC 11-09-2017).

Mais recentemente a jurisprudência do STF foi pacificada:

"Direito constitucional e civil. Recurso extraordinário. Repercussão geral. Inconstitucionalidade da distinção de regime sucessório entre cônjuges e companheiros. 1. A Constituição brasileira contempla diferentes formas de família legítima, além da que resulta do casamento. Nesse rol incluem-se as famílias formadas mediante união estável. 2. Não é legítimo desequiparar, para fins sucessórios, os cônjuges e os companheiros, isto é, a família formada pelo casamento e a formada por união estável. Tal hierarquização entre entidades familiares é incompatível com a Constituição de 1988. 3. Assim sendo, o art. 1790 do Código Civil, ao revogar as Leis nºs 8.971/94 e 9.278/96 e discriminar a companheira (ou o companheiro), dando-lhe direitos sucessórios bem inferiores aos conferidos à esposa (ou ao marido), entra em contraste com os princípios da igualdade, da dignidade humana, da proporcionalidade como vedação à proteção deficiente, e da vedação do retrocesso. 4. Com a finalidade de preservar a segurança jurídica, o entendimento ora firmado é aplicável apenas aos inventários judiciais em que não tenha havido trânsito em julgado da sentença de partilha, e às partilhas extrajudiciais em que ainda não haja escritura pública. 5. Provimento do recurso extraordinário. Afirmção, em repercussão geral, da seguinte tese: "No sistema constitucional vigente, é inconstitucional a distinção de regimes sucessórios entre cônjuges e companheiros, devendo ser aplicado, em ambos os casos, o regime estabelecido no art. 1.829 do CC/2002". (RE 878694, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 10/05/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-021 DIVULG 05-02-2018 PUBLIC 06-02-2018).

O Enunciado 115 da Jornada de Direito Civil completa: "há presunção de comunhão de aquestos na constância da união extramatrimonial mantida entre os companheiros, sendo desnecessária a prova do esforço comum para se verificar a comunhão dos bens".

Questão 100. No mundo contemporâneo (pós-moderno), a família perdeu o caráter natural, assumindo nova feição, forjada, agora, em fenômenos culturais. A família de hoje representa um "fenômeno humano em que se funda a sociedade, sendo impossível compreendê-la senão à luz da interdisciplinaridade, máxime na sociedade contemporânea, marcada por relações complexas, plurais, abertas, multifacetárias e (por que não?) globalizadas"

Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald. Curso de direito civil: famílias. Vol. 6, 7.ª ed. São Paulo: Atlas, 2015, p. 3 (com adaptações).

A respeito do assunto objeto do texto precedente, julgue os itens que se seguem, tendo como referência o entendimento dos tribunais superiores.

A anulação de registro espontâneo de paternidade pelo pai socioafetivo é admitida na hipótese de “adoção à brasileira”, ainda que esta seja fonte de vínculo socioafetivo entre as partes, haja vista tratar-se de negócio jurídico fundamentado na mera liberalidade e realizado à margem do ordenamento pátrio.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA

A adoção à brasileira, também conhecida como adoção ilegal caracteriza-se quando a genitora ou a família biológica simplesmente entrega a criança a um indivíduo estranho, onde este muito provavelmente registrará a criança como filho próprio, sem sequer ter passado por um processo judicial de adoção. (Fonte: <https://www.migalhas.com.br/depeso/293739/adocao-a-brasileira-crime-ou-causa-nobre>)

Nos termos da jurisprudência do STJ: “RECURSO ESPECIAL. DIREITO DE FAMÍLIA. SOCIOAFETIVIDADE. ART. 1.593 DO CÓDIGO CIVIL. POSSIBILIDADE. PATERNIDADE. RECONHECIMENTO ESPONTÂNEO. REGISTRO. ART. 1.604 DO CÓDIGO CIVIL. ERRO OU FALSIDADE. INEXISTÊNCIA. ANULAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA. A socioafetividade é contemplada pelo art. 1.593 do Código Civil, no sentido de que o parentesco é natural ou civil, conforme resulte da consanguinidade ou outra origem. Impossibilidade de retificação do registro de nascimento do menor por ausência dos requisitos para tanto, quais sejam: a configuração de erro ou falsidade (art. 1.604 do Código Civil). A paternidade socioafetiva realiza a própria dignidade da pessoa humana por permitir que um indivíduo tenha reconhecido seu histórico de vida e a condição social ostentada, valorizando, além dos aspectos formais, como a regular adoção, a verdade real dos fatos. A posse de estado de filho, que consiste no desfrute público e contínuo da condição de filho legítimo, restou atestada pelas instâncias ordinárias. A “adoção à brasileira”, ainda que fundamentada na “piedade”, e muito embora seja expediente à margem do ordenamento pátrio, quando se fizer fonte de vínculo socioafetivo entre o pai de registro e o filho registrado não consubstancia negócio jurídico sujeito a distrato por mera liberalidade, tampouco avença submetida a condição resolutiva, consistente no término do relacionamento com a genitora (Precedente). Aplicação do princípio do melhor

interesse da criança, que não pode ter a manifesta filiação modificada pelo pai registral e socioafetivo, afigurando-se irrelevante, nesse caso, a verdade biológica (REsp 1613641/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 29/05/2017)".

Ademais, o STJ também decidiu: "No caso de adoção unilateral, a irrevogabilidade prevista no art. 39, § 1º do Estatuto da Criança e do Adolescente pode ser flexibilizada no melhor interesse do adotando". (RESP 1.545.959-SC, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Rel. para acórdão Min. Nancy Andrighi, por maioria, julgado em 6/6/2017, Dje 1/8/2017).

Assim, importante mencionar:

- Pedido do pai de anulação de registro de paternidade: Não admitido;

- Pedido do filho de anulação de registro de paternidade, ainda que haja vínculo socioafetivo: Admitido.

Questão 101. Com relação a obrigações, contratos e responsabilidade civil, julgue os itens a seguir à luz do entendimento dos tribunais superiores.

A Caixa Econômica Federal é agente-gestor do programa de arrendamento residencial, instituído pela Lei n.º 10.188/2001, sendo responsável tanto pela aquisição quanto pela construção dos imóveis, os quais permanecerão em sua propriedade até que os particulares que firmaram contratos de arrendamento com opção de compra possam adquirir o bem ao final do contrato.

Certo.

Errado.

Comentários

CORRETA

A questão encontra-se correta nos termos do REsp 1352227 julgado pelo STJ.

Questão 102. Com relação a obrigações, contratos e responsabilidade civil, julgue os itens a seguir à luz do entendimento dos tribunais superiores.

A recusa injustificada da operadora de plano de saúde em autorizar cobertura financeira de tratamento médico a que esteja contratualmente obrigada enseja indenização a título de danos morais

Certo.

Errado.

Comentários

Questão CERTA

Questão 103. Uma senhora procurou a DP para ajuizar ação de alimentos contra o pai de seu filho menor de idade. Ela informou que o genitor não possuía bens em seu nome, mas exercia atividade empresarial em sociedade com um amigo: a venda de quentinhas. Apresentou cópia do contrato social, que, contudo, não era inscrito no órgão de registro próprio.

Considerando essa situação hipotética e a necessidade de se obter o pagamento da pensão, julgue o item a seguir.

O maquinário utilizado para a produção das quentinhas é classificado como patrimônio especial, do qual os dois sócios são titulares em comum.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA

Nos termos do artigo 988, do Código Civil: "Os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum."

O Enunciado 210 da Jornada de Direito Civil complementa: "O patrimônio especial a que se refere o artigo 988 é aquele afetado ao exercício da atividade, garantidor de terceiro, e de titularidade dos sócios em comum, em face da ausência de personalidade jurídica."

Questão 104. Uma senhora procurou a DP para ajuizar ação de alimentos contra o pai de seu filho menor de idade. Ela informou que o genitor não possuía bens em seu nome, mas exercia atividade empresarial em sociedade com um amigo: a venda de quentinhas. Apresentou cópia do contrato social, que, contudo, não era inscrito no órgão de registro próprio.

Considerando essa situação hipotética e a necessidade de se obter o pagamento da pensão, julgue o item a seguir.

O contrato social apresentado, mesmo sem registro no órgão competente, servirá como prova da existência da sociedade, seja para a finalidade pretendida na ação de alimentos, seja para eventual discussão entre os sócios acerca da titularidade dos bens sociais

Certo.

Errado.

Comentários

Questão CERTO

Questão 105. Considerando que tenha sido decretada a falência de Roma & Cia. Ltda., sociedade de André Roma e Bruno Silva, administrada apenas por André, julgue o item seguinte.

O nome empresarial Roma & Cia. Ltda. é classificado como denominação social.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

Nos termos do artigo 1.158 do Código Civil:

"Art. 1.158. Pode a sociedade limitada adotar firma ou denominação, integradas pela palavra final "limitada" ou a sua abreviatura.

§ 1º A firma será composta com o nome de um ou mais sócios, desde que pessoas físicas, de modo indicativo da relação social.

§ 2º A denominação deve designar o objeto da sociedade, sendo permitido nela figurar o nome de um ou mais sócios.

§ 3º A omissão da palavra "limitada" determina a responsabilidade solidária e ilimitada dos administradores que assim empregarem a firma ou a denominação da sociedade."

Dessa forma, nome empresarial Roma & Cia. Ltda é classificado como FIRMA.

Questão 106. Considerando que tenha sido decretada a falência de Roma & Cia. Ltda., sociedade de André Roma e Bruno Silva, administrada apenas por André, julgue o item seguinte.

Na situação apresentada, os sócios deverão ser citados individualmente para apresentar contestação acerca dos termos da ação falimentar

Certo.

Errado.

ERRADA.

Nos termos do artigo 1.052 do Código Civil: "Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social".

Assim, na sociedade limitada a pessoa jurídica que deve ser citada, através de seu representante legal, para a apresentação de contestação, uma vez que quem responde é a própria sociedade (pessoa jurídica), e não os seus sócios individualmente.

Tal situação seria diferente no caso de sociedade ilimitada, nos termos do artigo 81 da Lei nº 11.101/05, abaixo:

"Art. 81. A decisão que decreta a falência da sociedade com sócios ilimitadamente responsáveis também acarreta a falência destes, que ficam sujeitos aos mesmos efeitos jurídicos produzidos em relação à sociedade falida e, por isso, deverão ser citados para apresentar contestação, se assim o desejarem."

Questão 107. Considerando que tenha sido decretada a falência de Roma & Cia. Ltda., sociedade de André Roma e Bruno Silva, administrada apenas por André, julgue o item seguinte.

Eventual responsabilidade pessoal de Bruno deverá ser apurada mediante ação própria, a ser proposta no próprio juízo da falência, no prazo prescricional de dois anos, contados do trânsito em julgado da sentença que encerrar a falência.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

Nos termos do artigo 82, § 1º, da Lei 11.101/05 (Lei de Falências):

"Art. 82. A responsabilidade pessoal dos sócios de responsabilidade limitada, dos controladores e dos administradores da sociedade falida, estabelecida nas respectivas leis, será apurada no próprio juízo da falência, independentemente da realização do ativo e da prova da sua insuficiência para cobrir o passivo, observado o procedimento ordinário previsto no Código de Processo Civil.

§ 1º Prescreverá em 2 (dois) anos, contados do trânsito em julgado da sentença de encerramento da falência, a ação de responsabilização prevista no caput deste artigo."

Questão 108. Com base em informações do sistema de escore de crédito, método estatístico de avaliação de risco, determinada instituição financeira recusou pedido de empréstimo em dinheiro feito por João. Em razão da recusa, João ajuizou ação contra a instituição financeira, alegando prática comercial ilegal por parte dela, e requereu a aplicação do CDC.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir à luz do entendimento do STJ.

A utilização do escore de crédito é considerada prática comercial ilícita, na medida em que esse sistema constitui banco de dados indevido, por dispensar o consentimento do consumidor para que seus dados sejam nele incluídos

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

A prática é LÍCITA de acordo com o STJ. Súmula 550 do STJ.

Questão 109. Com relação à responsabilidade e às práticas comerciais nas relações consumeristas, julgue o item que se seguem.

A instituição financeira que enviar cartão de crédito para correntista sem a sua solicitação prévia e expressa cometerá prática comercial abusiva, configuradora de ato ilícito indenizável.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

Em virtude do que dispõe a Súmula 532 do STJ.

Questão 110. Um agricultor autuado por infração ambiental solicitou auxílio da DP. No auto de infração, constam: a conduta de impedir a regeneração natural de floresta localizada em APP, por manter a área como pasto; a indicação da pena de multa em razão da ilegalidade. Segundo o agricultor, na verificação, os agentes públicos federais afirmaram ser possível a responsabilização nas esferas administrativa, criminal e civil. Ele argumentou, por fim, que comprou a propriedade já no estado atual e que desconhecia as supostas ilegalidades.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item que se seguem.

O auto de infração em apreço só terá legalidade se tiver sido lavrado por autoridade policial e contiver o valor da multa, cujo pagamento, entretanto, só deverá ser feito após o julgamento administrativo, já que depende de confirmação de incidência.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

Trata-se de questão que versa sobre a autoridade competente para lavratura de autos de infração, assim como qual o prazo para pagamento de multa.

No caso, o art. 70, § 1º, da Lei 9605/98 prevê que as autoridades competentes são distintas da área policial, assim como a multa deve ser paga 05 dias após a notificação, nos termos do art. 71, IV, da Lei 9605/98, de forma a tornar a assertiva incorreta.

Questão 111. A DP realizou mutirão com famílias que ocupam um imóvel público urbano situado na encosta de um morro. O objetivo era verificar quais diligências poderiam ser feitas em favor daquela comunidade, tendo em vista a intensa fiscalização ambiental e urbanística no local.

Com relação a essa situação hipotética, julgue o item subsequente.

Para anular eventual intimação demolitória, a DP deverá provar que as encostas de morro já eram destituídas de vegetação nativa antes da construção de moradias no local e, dessa forma, será afastada a caracterização de tais encostas como APPs

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

Sendo as encostas de morro uma Área de Preservação Permanente (art. 4º, inciso V da Lei Federal n. 12.651/2012), ainda que se comprove que a vegetação nativa havia sido destituída antes da construção de moradias no local, permanece a obrigação de promover a sua recomposição, nos termos do art. 7º, caput e §§ 1º e 2º da Lei Federal n. 12.651/2012.

Questão 112. Um sistema processual civil que não proporcione à sociedade o reconhecimento e a realização dos direitos, ameaçados ou violados, que tem cada um dos jurisdicionados, não se harmoniza com as garantias constitucionais de um Estado democrático de direito. Se é ineficiente o sistema processual, todo o ordenamento jurídico passa a carecer de real efetividade. De fato, as normas de direito material se transformam em pura ilusão, sem a garantia de sua correlata realização, no mundo empírico, por meio do processo

Exposição de motivos do Código de Processo Civil/2015, p. 248-53. Vade Mecum Acadêmico de Direito Rideel. 22.^a ed. São Paulo, 2016 (com adaptações

Tendo o texto precedente como referência inicial, julgue os itens a seguir à luz do entendimento jurisprudencial e doutrinário acerca das normas fundamentais do processo civil.

A ausência de contestação na ação rescisória faz presumir que são verdadeiras as alegações da petição inicial, haja vista que, nesse caso, a regra da revelia supera o princípio da preservação da coisa julgada.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

Conforme o entendimento do STJ:

PROCESSO CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO DE LITERAL DISPOSITIVO DE LEI. INTERPRETAÇÃO RAZOÁVEL. NEGÓCIO JURÍDICO ANULADO POR ERRO SUBSTANCIAL.

3. A revelia, na ação rescisória, não produz os efeitos da confissão (art. 319 do CPC) já que o *judicium rescindens* é indisponível, não se podendo presumir verdadeiras as alegações que conduziriam à rescisão. Deve o feito ser normalmente instruído para se chegar a uma resolução judicial do que proposto na rescisória. 4. A verba honorária não é simples remuneração do causídico; deve ser também considerada uma questão de política judiciária a fim de demonstrar à parte sucumbente que a litigância impensada e, às vezes, irresponsável gera um custo (EDcl na AR n. 3.570/RS) 5. Recurso especial conhecido e desprovido.

[STJ. REsp 1260772 / MG. Rel. Min. João Otávio de Noronha. DJe 16/03/2015] (g.n.)

Portanto, errada a assertiva.

Questão 113. Um sistema processual civil que não proporcione à sociedade o reconhecimento e a realização dos direitos, ameaçados ou violados, que tem cada um dos jurisdicionados, não se harmoniza com as garantias constitucionais de um Estado democrático de direito. Se é ineficiente o sistema processual, todo o ordenamento jurídico passa a carecer de real efetividade. De fato,

as normas de direito material se transformam em pura ilusão, sem a garantia de sua correlata realização, no mundo empírico, por meio do processo

Exposição de motivos do Código de Processo Civil/2015, p. 248-53. Vade Mecum Acadêmico de Direito Rideel. 22.^a ed. São Paulo, 2016 (com adaptações

Tendo o texto precedente como referência inicial, julgue os itens a seguir à luz do entendimento jurisprudencial e doutrinário acerca das normas fundamentais do processo civil.

Para garantir os pressupostos mencionados em sua exposição de motivos, o CPC estabelece, de forma exaustiva, as normas fundamentais do processo civil.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

Conforme dispõe-se nos artigos 1º e 13 do CPC, o rol das normas fundamentais previstas no referido Código é EXEMPLIFICATIVO:

Art. 1º O processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil, observando-se as disposições deste Código.

Art. 13. A jurisdição civil será regida pelas normas processuais brasileiras, ressalvadas as disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte.

Questão 114. Um sistema processual civil que não proporcione à sociedade o reconhecimento e a realização dos direitos, ameaçados ou violados, que tem cada um dos jurisdicionados, não se harmoniza com as garantias constitucionais de um Estado democrático de direito. Se é ineficiente o sistema processual, todo o ordenamento jurídico passa a carecer de real efetividade. De fato, as normas de direito material se transformam em pura ilusão, sem a garantia de sua correlata realização, no mundo empírico, por meio do processo

Exposição de motivos do Código de Processo Civil/2015, p. 248-53. Vade Mecum Acadêmico de Direito Rideel. 22.^a ed. São Paulo, 2016 (com adaptações

Tendo o texto precedente como referência inicial, julgue os itens a seguir à luz do entendimento jurisprudencial e doutrinário acerca das normas fundamentais do processo civil.

Apesar de o CPC garantir às partes a obtenção, em prazo razoável, da solução integral do mérito, esse direito já existia no ordenamento jurídico brasileiro até mesmo antes da Emenda Constitucional n.º 45/2004.

Certo.

Errado.

Comentários

Questão CERTA

Questão 115. Tendo em vista que uma das funções primordiais do STJ é a sistematização e uniformização da jurisprudência relativa à legislação processual, julgue os próximos itens à luz do entendimento desse tribunal.

Nos processos coletivos contra a União, o beneficiário de sentença coletiva procedente que for promover, individualmente, a execução da parte a que tiver direito deverá observar prazo prescricional de cinco anos, contado a partir do início da execução coletiva.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

Nos termos do acórdão proferido em sede de Recurso Especial n.º. 1388000/PRo prazo prescricional para a execução individual é contado do trânsito em julgado da sentença coletiva.”

Questão 116. Tendo em vista que uma das funções primordiais do STJ é a sistematização e uniformização da jurisprudência relativa à legislação processual, julgue os próximos itens à luz do entendimento desse tribunal.

Nas ações civis públicas promovidas pela DPU, a legislação pertinente prevê a dispensa do adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e outras despesas para a parte autora; entretanto, nessas ações, aquele que integrar o polo passivo da relação processual não desfrutará do mesmo benefício.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

Nos termos do artigo 87 da Lei 8.078/90 ou Código de Defesa do Consumidor "nas ações coletivas de que trata este código não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-fé, em honorários de advogados, custas e despesas processuais".

Questão 117. Tendo em vista que uma das funções primordiais do STJ é a sistematização e uniformização da jurisprudência relativa à legislação processual, julgue os próximos itens à luz do entendimento desse tribunal.

A requerimento do credor, pode ser determinado prazo judicial para que o executado ou terceiro apresente documentos que estejam em seu poder, com o objetivo de acerto nos cálculos dos valores decorrentes da obrigação contida na sentença, para a fase de execução. Havendo descumprimento injustificado do prazo arbitrado, não fluirá o prazo prescricional para a execução ou o cumprimento de sentença.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

Nos termos do artigo 524, §§ 4º e 5º do Código de Processo Civil, se a necessidade de complementação de cálculo depender de dados em poder do Executado, o juiz pode conceder prazo suplementar de até 30 (trinta) dias para cumprimento da diligência, de modo que em caso de fluência de prazo in albis, se iniciará prazo prescricional para execução ou cumprimento de sentença, já que os cálculos apresentados pelo credor reputar-se-ão como corretos.

Questão 118. Tendo em vista que uma das funções primordiais do STJ é a sistematização e uniformização da jurisprudência relativa à legislação processual, julgue os próximos itens à luz do entendimento desse tribunal.

Julgado procedente o pedido de benefício previdenciário, em primeira e em segunda instância, caso ocorra reforma em instância especial, não poderá ser determinada a devolução de valores recebidos, tendo em vista a legítima expectativa de titularidade do direito, a possibilidade de execução da sentença após a confirmação da tese por acórdão e o fato de se tratar de recebimento de boa-fé.

Certo.

Errado.

Comentários

Questão DESATUALIZADA

Questão 119. Tendo em vista que uma das funções primordiais do STJ é a sistematização e uniformização da jurisprudência relativa à legislação processual, julgue os próximos itens à luz do entendimento desse tribunal.

Sob pena de ser julgado extemporâneo, o recurso especial interposto antes do julgamento de embargos de declaração deve ser ratificado, ainda que o resultado do julgamento anterior não seja alterado

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

Nos termos do artigo 1024, § 4º do Código de Processo Civil, caso o acolhimento dos embargos de declaração implique modificação da decisão embargada, o embargado que já tiver interposto outro recurso contra a decisão originária tem o direito de complementar ou alterar suas razões, nos exatos limites da modificação, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da intimação da decisão dos embargos de declaração.

Questão 120. Acerca da suspensão e da extinção do crédito tributário, julgue os itens a seguir à luz do CTN.

Nas hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, fica dispensado o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal que for suspensa.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

A questão demanda do aluno o conhecimento do tema suspensão da exigibilidade do crédito, previsto no CTN.

A alternativa está errada, pois nas hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, não fica o sujeito passivo dispensado do cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal que for suspensa, de acordo com o art. 151, parágrafo único, do CTN.

CTN - Art.151, Parágrafo único. O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.

Questão 121. Acerca da suspensão e da extinção do crédito tributário, julgue os itens a seguir à luz do CTN.

É possível a suspensão da exigibilidade do crédito tributário em decorrência da concessão de medida liminar em mandado de segurança

Certo.

Errado.

Comentários

CORRETA.

A questão demanda do aluno o conhecimento do tema relativo às causas de suspensão do crédito tributário.

A alternativa está correta, pois, de fato, é possível a suspensão da exigibilidade do crédito tributário em decorrência da concessão de medida liminar em mandado de segurança, de acordo com o art. 151, IV, do CTN.

Questão 122. Acerca da suspensão e da extinção do crédito tributário, julgue os itens a seguir à luz do CTN.

Por meio do instituto da transação tributária, é possível a suspensão do crédito tributário em benefício do contribuinte.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

"Por meio do instituto da transação tributária, é possível a suspensão do crédito tributário em benefício do contribuinte"

A transação é modalidade de extinção do crédito tributário, e não de suspensão de sua exigibilidade.

CTN

Art. 156. Extinguem o crédito tributário:

(...)

III - a transação;

Questão 123. A respeito das normas gerais de direito tributário, julgue o seguinte.

A efetividade de medida liminar para suspender a exigibilidade de créditos tributários está condicionada ao exaurimento das instâncias administrativas para a anulação dos autos de infração pertinentes, visto que, nessa situação, não cabe ao Poder Judiciário analisar o mérito administrativo.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

A questão demanda do aluno o conhecimento do tema relativo à suspensão do crédito tributário.

A alternativa está errada, pois a efetividade de medida liminar para suspender a exigibilidade de créditos tributários NÃO está condicionada ao exaurimento das instâncias administrativas para a anulação dos autos de infração pertinentes pelo Poder Judiciário, de acordo com o princípio da inafastabilidade de jurisdição, previsto no art. 5º, inc. XXXV, CRFB.

Questão 124. A respeito do conceito e dos objetos da criminologia, julgue o item a seguir.

Para a escola clássica, o modelo ideal de prevenção do delito ou do desvio é o que se preocupa com a pena e seu rigor, compreendendo-a como um mecanismo intimidatório; já para a escola neoclássica, mais eficaz que o rigor das penas é o foco no correto funcionamento do sistema legal e em como esse sistema é percebido pelo desviante ou delinquente

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

O ponto comum nos modelos de reação ao crime é que estes devem ser resolvidos com a aplicação da pena.

A doutrina criminológica conceitua e aponta as características da escola clássica e da escola neoclássica (positiva):

- Escola Clássica: O crime é um ente jurídico e não é uma ação, mas sim uma infração. A punibilidade deve ser baseada no livre-arbítrio, a pena tem caráter retributivo, utiliza-se o método lógico-dedutivo;

- Escola Neoclássica: Também chamada de escola positiva. Segundo a escola em análise o direito penal é obra humana e o delito é um fenômeno natural e social (fatores biológicos, físicos e sociais). A pena tem caráter de prevenção geral (defesa social), utiliza-se o método indutivo-experimental.

(FONTE: Ciclos R3)

Questão 125. Com referência à execução penal e ao regramento internacional de tratamento das pessoas presas, julgue o item subsequente.

Segundo o STF, o trabalho em regime aberto que for realizado fora da casa de albergado não será considerado para fins de remição da pena.

Certo.

Errado.

Comentários

Questão CERTO

Questão 126. Com referência à execução penal e ao regramento internacional de tratamento das pessoas presas, julgue o item subsequente.

As diretrizes das regras de Bangkok, emanadas da Assembleia-Geral da ONU, restringem o tratamento às mulheres presas adultas; conseqüentemente, não se incluem em tais regras as adolescentes infratoras.

Certo.

Errado.

Comentários

Questão ERRADA

Questão 127. Em assalto a uma agência bancária, Lúcio conseguiu alta monta financeira. Com parte do dinheiro, ele comprou imóvel em nome próprio, tendo declarado na escritura de compra e venda valor inferior ao que foi efetivamente pago pelo imóvel. Em seguida, Lúcio vendeu o bem pelo valor de mercado, o que tornou lícito o proveito econômico do crime praticado.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes à luz da legislação e da doutrina pertinentes à lavagem de dinheiro e à extinção de punibilidade

De acordo com o STF, Lúcio somente poderá ser processado e julgado pelo crime de roubo, pois o direito penal brasileiro não admite o crime de autolavagem — quando o autor do crime antecedente pratica também a lavagem de capitais —, por entender que esse seria um caso de mero exaurimento do fato antecedente.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

O STF possui precedentes no sentido de que o crime de lavagem de capitais não funciona como mero exaurimento da infração antecedente, já que a Lei nº 9.613/98 não exclui a possibilidade de que o ilícito penal antecedente e a lavagem de capitais subsequente tenham a mesma autoria, sendo aquele independente em relação a esta. Nessas hipóteses, em que o autor da lavagem é o mesmo autor da infração antecedente, por ambos os delitos deverão responder em concurso material, com a aplicação cumulativa das penas (CP, art. 69), salvo se praticá-los em uma mesma ação, quando, então, ter-se-á concurso formal impróprio (CP, art. 70, última parte).

Questão 128. Tendo como referência as disposições da Lei de Drogas (Lei n.º 11.343/2006) e a jurisprudência pertinente, julgue o item subsecutivo.

Situação hipotética: Com o intuito de vender maconha em bairro nobre da cidade onde mora, Mário utilizou o transporte público para transportar 3 kg dessa droga. Antes de chegar ao destino, Mário foi abordado por policiais militares, que o prenderam em flagrante. Assertiva: Nessa situação, Mário responderá por tentativa de tráfico, já que não chegou a comercializar a droga.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADO.

O crime de tráfico de drogas, previsto no art. 33, da Lei n. 11.343/2006, dispõe não só sobre a venda de drogas, mas também sobre vários outros verbos que, quando praticados, caracterizam o delito, dentre eles o verbo "transportar".

No caso da questão, o agente estava transportando a droga quando foi abordado, e o verbo transportar faz parte do núcleo do art. 33, da Lei n. 11.343/2006. Dessa forma, não há se falar em crime tentado, mas, sim, consumado, motivo pelo qual a questão está errada.

Questão 129. Tendo como referência as disposições da Lei de Drogas (Lei n.º 11.343/2006) e a jurisprudência pertinente, julgue o item subsecutivo.

Segundo o entendimento do STJ, em eventual condenação, o juiz sentenciante não poderá aplicar ao réu a causa de aumento de pena relativa ao tráfico de entorpecentes em transporte público, se o acusado tiver feito uso desse transporte apenas para conduzir, de forma oculta, droga para comercialização em outro ambiente, diverso do transporte público.

Certo.

Errado.

Comentários

Questão CERTA

Questão 130. Tendo como referência as disposições da Lei de Drogas (Lei n.º 11.343/2006) e a jurisprudência pertinente, julgue o item subsecutivo.

Situação hipotética: José, ao comercializar cocaína em espaço público, foi preso em flagrante. Apesar de ele ser primário, o juiz sentenciante não aplicou a causa de diminuição de pena referente ao denominado tráfico privilegiado, sob o argumento de que o réu se dedicava a atividades criminosas, conforme evidenciado por inquéritos e ações penais em curso nos quais José figurava como indiciado ou réu. Assertiva: Nessa situação, de acordo com a jurisprudência do STJ, o juiz feriu o princípio constitucional da presunção de inocência.

Certo.

Errado.

Comentários

Questão DESATUALIZADA

Questão 131. Cada um dos itens a seguir, a respeito de crimes contra o patrimônio, apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada à luz da doutrina e da jurisprudência pertinentes.

Caio, com dezoito anos de idade, reside com seu pai, de cinquenta e oito anos de idade, e com seu tio, de sessenta e um anos de idade. Sem dinheiro para sair com os amigos, Caio subtraiu dinheiro de seu pai e, ainda, o aparelho celular do tio. Nessa situação, Caio será processado, mediante ação penal pública, por apenas um crime de furto

Certo.

Errado.

Comentários

CERTO.

Para uma perfeita compreensão, importante dividir a assertiva em partes:

- "Caio subtraiu dinheiro do seu pai": Neste caso, tem-se o crime de furto. Mas Caio ficará isento de pena (escusa absolutória), por expressa previsão do art. 181, II, do Código Penal.

- "Caio (...) subtraiu, ainda, o aparelho celular do tio" : Há outro crime de furto. A princípio, para que Caio pudesse responder pelo crime, seria necessário que o tio fizesse representação, nos termos do art. 182, III, do Código Penal.

- Acontece que o tio de Caio tem 61 anos. Nesse caso, Caio irá sim responder pelo furto, já que o tio dele, contra quem o furto foi cometido, tem mais de 60 anos, nos termos do artigo 183, III, do Código Penal.

Questão 132. Cada um dos itens a seguir, a respeito de crimes contra o patrimônio, apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada à luz da doutrina e da jurisprudência pertinentes.

Maria não informou ao INSS o óbito de sua genitora e continuou a utilizar o cartão de benefício de titularidade da falecida pelo período de dez meses. Nessa situação, Maria praticou estelionato de natureza previdenciária, classificado, em decorrência de sua conduta, como crime permanente, de acordo com o entendimento do STJ.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

Estelionato Previdenciário (art. 173, p. 3º, CP):

- Se praticado pelo próprio Beneficiário: CRIME PERMANENTE;
- Se praticado por 3º beneficiário: CRIME INSTANTÂNEO, mas com EFEITOS PERMANENTES;
- Se praticado após o óbito do beneficiário: CRIME DE CONTINUIDADE DELITIVO/CRIME CONTINUADO.

A jurisprudência do STJ determina: "Se a pessoa, após a morte do beneficiário, passa a receber mensalmente o benefício em seu lugar, mediante a utilização do cartão magnético do falecido, pratica o crime de estelionato previdenciário (art. 171, § 3º, do CP) em continuidade delitiva. Segundo o STJ, nessa situação, não se verifica a ocorrência de crime único, pois a fraude é praticada reiteradamente, todos os meses, a cada utilização do cartão magnético do beneficiário já falecido. Assim, configurada a reiteração criminosa nas mesmas condições de tempo, lugar e maneira de execução, tem incidência a regra da continuidade delitiva prevista no art. 71 do CP. A hipótese, ressalte-se, difere dos casos em que o estelionato é praticado pelo próprio beneficiário e daqueles em que o não beneficiário insere dados falsos no sistema do INSS visando beneficiar outrem; pois, segundo a jurisprudência do STJ e do STF, nessas situações, o crime deve ser considerado único, de modo a impedir o reconhecimento da continuidade delitiva. Sexta Turma. REsp 1.282.118-RS, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, julgado em 26/2/2013)".

No caso em tela, Maria praticou o crime de estelionato previdenciário em continuidade delitiva (crime continuado).

Questão 133. A respeito de coisa julgada e inquérito policial, julgue o item a seguir.

A homologação, pelo juízo criminal competente, do arquivamento de inquérito forma coisa julgada endoprocessual.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

A coisa julgada endoprocessual significa dizer que a decisão tornou-se imutável dentro do processo em que foi proferida.

O Professor Renato Brasileiro (Manual de Processo Penal) desenvolve o tema:

(...) O impedimento de modificação da decisão por qualquer meio processual dentro do processo em que foi proferida é chamado de coisa julgada formal, ou ainda de preclusão máxima. Trata-se de fenômeno endoprocessual, por a imutabilidade da decisão está restrita ao processo em que foi proferida. (...)

Dessa forma, temos:

- Coisa Julgada Formal: Endoprocessual, os efeitos se limita ao processo, podendo haver novas provas.
- Coisa Julgada Material: Exoprocessual, os efeitos transcendem ao processo, não há nova discussão.

Fazem coisa julgada apenas FORMAL:

- 1) Ausência de pressuposto processual ou de condição da ação penal.
- 2) Falta de justa causa para ação penal.
- 3) Segundo o STJ, a causa extintiva de antijuridicidade faz coisa julgada apenas formal.

Fazem coisa julgada FORMAL E MATERIAL:

- 1) Causa extintiva de tipicidade
- 2) Causa extintiva de culpabilidade;

- 3) Segundo o STF, a causa extintiva de antijuridicidade faz coisa julgada formal e material;
- 4) Causa extintiva de punibilidade.

Questão 134. A respeito de coisa julgada e inquérito policial, julgue o item a seguir.

Situação hipotética: Lino foi indiciado por tentativa de homicídio. Após remessa dos autos ao órgão do MP, o promotor de justiça requereu o arquivamento do inquérito em razão da conduta de Lino ter sido praticada em legítima defesa, o que foi acatado pelo juízo criminal competente.

Assertiva: Nessa situação, de acordo com o STF, o ato de arquivamento com fundamento em excludente de ilicitude fez coisa julgada formal e material, o que impossibilita posterior desarquivamento pelo parquet, ainda que diante da existência de novas provas.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

De acordo com o Info 796 do STF, o arquivamento de inquérito policial em razão do reconhecimento de excludente de ilicitude não faz coisa julgada material.

Logo, surgindo novas provas seria possível reabrir o inquérito policial, com base no art. 18 do CPP e na Súmula 524 do STF.

Art. 18. Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.

Questão 135. Acerca dos sistemas de apreciação de provas e da licitude dos meios de prova, julgue o item subsequente.

Situação hipotética: Arnaldo, empresário, gravou, com seu telefone celular, uma ligação recebida de fiscal ligado a uma autarquia a respeito da liberação de empreendimento da sociedade empresária da qual Arnaldo era sócio. Na conversa gravada, o fiscal exigiu para si vantagem financeira como condição para a liberação do empreendimento. **Assertiva:** Nessa situação, de

acordo com o STF, o referido meio de prova é ilícito por violar o direito à privacidade, não servindo, portanto, para embasar ação penal contra o fiscal.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

Nos termos da jurisprudência do STF: "Não há ilicitude em gravação telefônica realizada por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro, podendo ela ser utilizada como prova em processo judicial. 2. O STF, em caso análogo, decidiu que é admissível o uso, como meio de prova, de gravação ambiental realizada por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro (RE 583937 QO-RG, Relator(a): Min. CEZAR PELUSO, DJe de 18-12-2009). 3. Agravo regimental a que se nega provimento." (AI 602724 AgR-segundo, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, julgado em 06/08/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-164 DIVULG 21-08-2013 PUBLIC 22-08-2013).

Questão 136. Acerca dos sistemas de apreciação de provas e da licitude dos meios de prova, julgue o item subsequente.

Embora o ordenamento jurídico brasileiro tenha adotado o sistema da persuasão racional para a apreciação de provas judiciais, o CPP remete ao sistema da prova tarifada, como, por exemplo, quando da necessidade de se provar o estado das pessoas por meio de documentos indicados pela lei civil.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

O nosso ordenamento jurídico processual penal adotou o sistema da persuasão racional para a apreciação de provas judiciais ou do livre convencimento motivado, onde o juiz tem ampla liberdade na valoração das provas constantes do processo, as quais têm, em abstrato, o mesmo valor. Contudo, o juiz é obrigado a fundamentar o seu convencimento.

Acontece que há resquícios na legislação processual penal brasileira do sistema da prova tarifada.

O professor Norberto Avena sintetiza tal sistema (Processo Penal - Norberto Avena, 2017): "Sistema da prova tarifada (ou certeza moral do legislador, ou verdade legal) No sistema da tarifação, a lei estabelece o valor de cada prova, não possuindo o juiz discricionariedade para decidir contra a previsão legal expressa. Tal como ocorre com o livre convencimento, também aqui se exige que estejam incorporados ao processo os elementos de convicção, não sendo lícito ao magistrado decidir com base em provas extra-autos. No âmbito do Código de Processo Penal, existem algumas situações nas quais, como exceção, o legislador adotou o sistema da prova tarifada, vinculando o juiz a um valor predeterminado da prova. É o que ocorre, por exemplo, no art. 62, dispondo que a extinção da punibilidade pela morte do réu apenas poderá ser determinada à vista de certidão de óbito, e, mesmo isso, após prévia oitiva do Ministério Público. E, também, do contido no art. 155, parágrafo único, do mesmo diploma, estabelecendo que a prova de estado das pessoas, no âmbito penal, exige idênticas restrições às estabelecidas pela lei civil – comprovação via certidão. Nesses dois casos o juiz está vinculado ao texto legal, não podendo admitir, como prova das situações narradas, elementos outros que não aqueles determinados na legislação."

Questão 137. Em cada um dos itens seguintes é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada à luz das disposições constitucionais e legais a respeito de competência.

Ricardo foi denunciado pela prática do crime de lavagem de capitais provenientes do tráfico internacional de drogas. Nessa situação, o crime de lavagem de capitais será processado e julgado pela justiça federal, haja vista a competência constitucional do crime antecedente

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

Nos termos do art. 2º, III, alínea "b", da Lei nº. 9.613/98 (Lei de Lavagem de Capitais):

Art. 2º O processo e julgamento dos crimes previstos nesta Lei:

(...)

III - são da competência da Justiça Federal:

a) quando praticados contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira, ou em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas;

b) quando a infração penal antecedente for de competência da Justiça Federal.

No caso, temos como infração penal antecedente o tráfico internacional de drogas, crime que sempre deve ser julgado pela Justiça Federal, nos exatos termos do artigo 109, V, da CF/88, in verbis:

"Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

V - os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente.

O artigo 70 da Lei 11.343/06 (Lei de Drogas), afirma:

"Art. 70. O processo e o julgamento dos crimes previstos nos arts. 33 a 37 desta Lei, se caracterizado ilícito transnacional, são da competência da Justiça Federal."

Questão 138. A respeito do habeas corpus e da prisão preventiva, julgue os itens seguintes, considerando, no que for pertinente, o entendimento dos tribunais superiores

Situação hipotética: Determinado DP, inconformado com a prisão preventiva de um de seus assistidos, impetrou habeas corpus no STJ com pedido liminar de soltura. O ministro relator negou a medida antecipatória, em decisão monocrática fundamentada. Assertiva: Nessa situação, contra a decisão monocrática que indeferiu a liminar não cabe novo habeas corpus para o STF.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

Nos termos do informativo 862 do Supremo Tribunal Federal: HABEAS CORPUS - Não cabimento de habeas corpus contra decisão monocrática de Ministro do STJ - Em regra, não cabe habeas corpus para o STF contra decisão monocrática do Ministro do STJ que não conhece ou denega habeas corpus que havia sido interposto naquele Tribunal. É necessário que primeiro o impetrante exaure (esgote), no tribunal a quo (no caso, o STJ), as vias recursais ainda cabíveis (no caso, o

agravo regimental). Exceção: essa regra pode ser afastada em casos excepcionais, quando a decisão atacada se mostrar teratológica, flagrantemente ilegal, abusiva ou manifestamente contrária à jurisprudência do STF, situações nas quais o STF poderia conceder de ofício o habeas corpus. STF. 1ª Turmá. HC 139612/MG, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 25/4/2017 (Info 862).

A Súmula 691 do STF corrobora a jurisprudência supradita nos seguintes termos: "Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do relator que, em habeas corpus requerido a Tribunal Superior, indefere a liminar."

EXCEÇÃO: A Súmula 691 pode ser afastada, contudo, em casos excepcionais, quando a decisão atacada se mostrar teratológica, flagrantemente ilegal, abusiva ou manifestamente contrária à jurisprudência do STF.

Questão 139. A respeito do habeas corpus e da prisão preventiva, julgue os itens seguintes, considerando, no que for pertinente, o entendimento dos tribunais superiores

O STJ consolidou entendimento no sentido de que os atos infracionais anteriormente praticados pelo réu não servem como argumento para embasar a decretação de prisão preventiva.

Certo.

Errado.

Comentários

Questão **DESATUALIZADA**

Questão 140. A respeito dos atos processuais, das nulidades e da atuação do DP no processo penal, julgue o item que se seguem.

A juntada de procuração com poderes especiais é indispensável para que o DP oponha exceção de suspeição do magistrado.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

Nos termos da jurisprudência do STJ, no julgamento do REsp 1.431.043-MG, precisa de procuração com poderes especiais o Advogado ou Defensor Público que:

- a) exercer o direito de representação (art. 39, CPP);
- b) ajuizar queixa-crime (art. 44, CPP);
- c) assinar declaração de renúncia expressa ao exercício do direito de queixa (art. 50, CPP);
- d) assinar declaração extraprocessual de aceitação do perdão (art. 59, CPP);
- e) recusar o juiz por vício de SUSPEIÇÃO (art. 98, CPP).

Questão 141. A respeito dos atos processuais, das nulidades e da atuação do DP no processo penal, julgue o item que se seguem.

Situação hipotética: Osvaldo, investigado pela Polícia Federal por falsificação de moeda, constituiu um DP para acompanhar o andamento do seu inquérito policial. Remetido o inquérito ao MPF, Osvaldo foi denunciado. O juiz que recebeu a denúncia dispensou o ato citatório, sob o fundamento de que o ora réu já havia constituído representante legal, e determinou a intimação do DP, que compareceu à audiência de instrução e firmou os demais atos processuais até a sentença condenatória, mesmo sem a presença do acusado. **Assertiva:** Nessa situação, de acordo com o STJ, o magistrado agiu corretamente, na medida em que o réu constituiu patrono antes do recebimento da denúncia e que todos os atos processuais contaram com a presença do DP, o que afasta a necessidade de citação e a exigência da presença do réu no decurso do processo.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

O fato do réu constituiu patrono antes do recebimento da denúncia e que todos os atos processuais tenham contado com a presença do Defensor Público, não afasta a necessidade de citação e a exigência da presença do réu no decurso do processo, conforme entendimento previsto no Info 580 do STJ.

Questão 142. Acerca da aplicação da lei penal militar, dos crimes militares e da aplicação da pena no âmbito militar, cada um dos itens que se seguem apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Em uma festa de confraternização nas dependências de um quartel, alguns militares, conscientemente, ingeriram bebida alcoólica. Lá mesmo, apresentando sintomas de embriaguez, um deles cometeu crime militar e foi preso, o que o tornou réu em ação penal militar. Nessa situação, o estado de embriaguez do militar será considerado circunstância para atenuar a pena.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

O estado de embriaguez do militar NÃO é considerado circunstância atenuante, com base no art. 70, II, "c", do CPM.

Questão 143. À luz do direito penal militar, julgue os itens a seguir, relativos a suspensão condicional da pena, livramento condicional, penas acessórias e extinção da punibilidade.

O cometimento de crime de traição, espionagem ou cobardia, ou outros elencados no CPM, sujeita o oficial infrator, independentemente da pena aplicada, a declaração de indignidade para o oficialato.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

Nos termos do art. 100 do Código Penal Militar, abaixo:

"Art. 100. Fica sujeito à declaração de indignidade para o oficialato o militar condenado, qualquer que seja a pena, nos crimes de traição, espionagem ou cobardia, ou em qualquer dos definidos nos arts. 161, 235, 240, 242, 243, 244, 245, 251, 252, 303, 304, 311 e 312.

Questão 144. À luz do direito penal militar, julgue os itens a seguir, relativos a suspensão condicional da pena, livramento condicional, penas acessórias e extinção da punibilidade.

O livramento condicional de sargento, primário, condenado por crime militar contra o patrimônio estará condicionado ao cumprimento de metade da pena, à reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo, e a outros requisitos previstos na lei penal militar.

Certo.

Errado.

Comentários

Questão CERTA.

Questão 145. No que se refere aos crimes militares e às medidas de segurança adotadas nesses casos, julgue o item subsecutivo.

O CPM não admite medida de segurança patrimonial, como, por exemplo, a interdição de sede de associação e o confisco.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

É admitida medida de segurança patrimonial - interdição de sede de associação e o confisco - nos termos do art. 110 do CPM.

Questão 146. No que se refere aos crimes militares e às medidas de segurança adotadas nesses casos, julgue o item subsecutivo.

O militar que cometer homicídio contra outro militar dentro de um quartel cometerá um crime propriamente militar, pois o ato terá sido praticado nessa condição.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

O delito de homicídio NÃO é crime propriamente militar.

Questão 147. Cada um dos itens a seguir, que tratam de IPM e(ou) ação penal militar, apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada

Um general, ao ser informado da prática de crime militar em uma organização militar a ele subordinada, sediada em outro estado da Federação, determinou ao comandante da unidade, por via radiotelefônica, a instauração de IPM. Nessa situação, mesmo considerando o caráter de urgência que a medida exigia, a ordem foi indevida em razão do meio de transmissão empregado e também pelo fato de que a única autoridade competente para determinar a instauração do IPM seria o próprio comandante da unidade onde ocorreu o crime militar.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

A atribuição para instauração do IPM pode ser delegada mediante transmissão radiotelefônica, com base arts. 7º, §2º, e 10, alínea "b", ambos do CPPM.

Questão 148. Cada um dos itens a seguir, que tratam de IPM e(ou) ação penal militar, apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada

Os autos de IPM que apurou os fatos relativos a crime militar ocorrido em determinada organização militar foram encaminhados ao MPM. Nessa situação, em caso de inércia ou de o parquet pedir o arquivamento do inquérito, ao ofendido caberá propor ação penal militar de iniciativa privada subsidiária da pública.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

O pedido de arquivamento NÃO enseja o direito de propor ação penal militar privada subsidiária da pública.

Questão 149. Cada um dos itens a seguir, que tratam de IPM e(ou) ação penal militar, apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada

Em determinada organização militar, um major cometeu crime militar e o comandante da unidade, dada a indisponibilidade de oficial de posto superior ao do indiciado, designou outro major, o mais antigo da unidade, para apurar os fatos por meio de IPM. Nessa situação, o ato de designação deverá ser considerado nulo: o IPM só poderá ser conduzido por oficial de posto superior ao do indiciado.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

O inquérito policial militar PODE ser conduzido por oficial do mesmo posto que a do indiciado, desde que mais antigo, nos termos do § 3º, do art. 7º, do CPPM.

Questão 150. No que diz respeito ao juiz, aos auxiliares da justiça e às partes do processo militar, à organização da justiça militar da União e sua competência e à prisão preventiva, julgue o item que se seguem

O capitão que, por designação, conduzir IPM para apurar suposto crime militar praticado por um soldado poderá, no curso do inquérito, representar à autoridade judiciária militar para que seja decretada a prisão preventiva do indiciado.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

É permitido ao Capitão representar à autoridade judiciária pela decretação da prisão preventiva do indiciado, nos termos do art. 8º, alínea "d", do CPPM.

Questão 151. No que diz respeito ao juiz, aos auxiliares da justiça e às partes do processo militar, à organização da justiça militar da União e sua competência e à prisão preventiva, julgue o item que se seguem

Em ação penal militar na qual o réu seja um sargento, eventual nomeação de perito, preferencialmente oficial da ativa, será procedida pelo juiz, sem intervenção das partes.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

Nos termos do arts. 47 e 48 do CPPM.

Questão 152. No que se refere a interrogatório, deserção e recursos no âmbito do processo penal militar, julgue o item subsequente.

Se um subtenente for denunciado por crime militar perante a autoridade competente e se a denúncia for recebida, então, de acordo com o STF, o seu interrogatório deverá ocorrer ao final da instrução criminal, a despeito de o CPPM prever que esse ato seja realizado antes da oitiva das testemunhas.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

Conforme o entendimento do STF no HC 127.900/AM.

Questão 153. Acerca dos princípios do direito eleitoral e dos direitos políticos, julgue o item a seguir.

De acordo com a CF, a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado democrático de direito, o que estabelece a prevalência inequívoca do princípio da constitucionalidade

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

Segundo o professor José Afonso da Silva, o princípio da constitucionalidade é uma das bases do Estado Democrático de Direito, nos seguintes dizeres:

"O princípio da constitucionalidade exprime, em primeiro lugar, que o Estado democrático de Direito se funda na legitimidade de uma Constituição rígida, emanada da vontade popular, que, dotada de supremacia, vincule todos os poderes e os atos deles provenientes, com as garantias de atuação livre da jurisdição constitucional."

Dessa forma, o Estado Democrático de Direito tem como pressuposto o respeito à Constituição.

Questão 154. Acerca dos princípios do direito eleitoral e dos direitos políticos, julgue o item a seguir.

No texto constitucional, os direitos políticos estão vinculados ao exercício da soberania popular, restritos, portanto, aos direitos de votar e de ser votado.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADO.

O art.14 da CRFB/88 dispõe sobre as formas de exercício da soberania popular:

"Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular."

São formas de exercício da soberania popular o direito de sufrágio ativo (direto de votar) e o passivo (direito de ser votado), a iniciativa popular, a ação popular e a organização e participação em partidos políticos.

Os direitos políticos são aqueles que garantem a participação do povo no processo de condução da vida política nacional.

Os direitos políticos são a base do regime democrático. A expressão ampla refere-se ao direito de participar no processo político como um todo, ao direito ao sufrágio universal e também ao voto periódico, livre, direto, secreto e igual, à autonomia de organização do sistema partidário e a igualdade de oportunidade dos partidos.

Essa participação do cidadão na vida pública pode ocorrer de três formas distintas:

a) DIRETAMENTE, através da democracia direta, onde o cidadão vai exercer os poderes políticos e conduzir seu país por si, sem intermediários ou representantes;

b) INDIRETAMENTE, na democracia representativa, onde o cidadão se faz representar, elegendo representantes para, em seu nome, exercer o poder soberano; e

c) MISTO, na democracia semidireta ou participativa, onde o poder será exercido tanto diretamente como por meio de representantes.

Questão 155. Com referência à organização administrativa, ao controle dos atos da administração pública e ao entendimento jurisprudencial acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue o item a seguir.

É objetiva a responsabilidade das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos em relação a terceiros, usuários ou não do serviço, podendo, ainda, o poder concedente responder subsidiariamente quando o concessionário causar prejuízos e não possuir meios de arcar com indenizações.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

O entendimento do STF, a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não usuários do serviço prestado.

Questão 156. Considerando o entendimento do STJ acerca do procedimento administrativo, da responsabilidade funcional dos servidores públicos e da improbidade administrativa, julgue o seguinte item.

É possível a instauração de procedimento administrativo disciplinar com base em denúncia anônima

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

Com efeito, o entendimento jurisprudencial pátrio está em conformidade com o enunciado em análise, valendo destacar a súmula 611 do STJ:

Desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração.

Questão 157. Julgue os itens que se seguem, referentes à intervenção do Estado na propriedade.

Dado o princípio da hierarquia federativa, estados e municípios não podem instituir servidões administrativas e proceder a desapropriações de bens públicos pertencentes à União.

Certo.

Errado.

Comentários

Questão ANULADA

Questão 158. Julgue os itens que se seguem, referentes à intervenção do Estado na propriedade.

Na desapropriação indireta, por força da afetação do bem ao domínio público, ao proprietário prejudicado só resta pleitear indenização pelos prejuízos advindos da perda da propriedade, acrescidos de juros moratórios e compensatórios, incidindo os últimos a partir da data da efetiva ocupação do bem.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

A assertiva em comento encontra-se de acordo com a Súmula nº 114 do STJ: "Os juros compensatórios, na desapropriação indireta, incidem a partir da ocupação, calculados sobre o valor da indenização, corrigido monetariamente."

Questão 159. Julgue os itens que se seguem, referentes à intervenção do Estado na propriedade.

Na desapropriação indireta, por força da afetação do bem ao domínio público, ao proprietário prejudicado só resta pleitear indenização pelos prejuízos advindos da perda da propriedade, acrescidos de juros moratórios e compensatórios, incidindo os últimos a partir da data da efetiva ocupação do bem.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

A assertiva em comento encontra-se de acordo com a Súmula nº 114 do STJ: "Os juros compensatórios, na desapropriação indireta, incidem a partir da ocupação, calculados sobre o valor da indenização, corrigido monetariamente."

Questão 160. A respeito da estabilidade no trabalho e da terceirização trabalhista, julgue os itens a seguir, tendo como referência o entendimento dos tribunais superiores.

Em razão do princípio constitucional de proteção ao nascituro, assegura-se à empregada pública grávida, mesmo que ela tenha sido contratada sem prévia aprovação em concurso público, a continuidade laboral em razão da garantia de emprego à gestante.

Certo.

Errado.

Comentários

A respeito da estabilidade no trabalho e da terceirização trabalhista, julgue os itens a seguir, tendo como referência o entendimento dos tribunais superiores.

Em razão do princípio constitucional de proteção ao nascituro, assegura-se à empregada pública grávida, mesmo que ela tenha sido contratada sem prévia aprovação em concurso público, a continuidade laboral em razão da garantia de emprego à gestante.

Questão 161. Com referência a duração do trabalho, interrupção do contrato de trabalho, férias e insalubridade, julgue o item que se seguem.

No período em que houver paralisação do serviço por culpa da empresa, ficará configurada a interrupção dos contratos de trabalho, de modo que não terão direito a férias os empregados que, no curso do período aquisitivo, deixarem de trabalhar — com percepção do salário — por mais de trinta dias devido à referida paralisação.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

A questão exige o conhecimento do disposto no inciso III do art. 133 da CLT, que prevê a perda do direito de férias nos casos em que o empregado deixar de prestar serviços por mais de 30 (trinta) dias.

Trata-se de interrupção do contrato de trabalho, pois o empregado recebe a contraprestação.

Questão 162. Com referência a duração do trabalho, interrupção do contrato de trabalho, férias e insalubridade, julgue o item que se seguem.

De acordo com a jurisprudência do TST, será possível a cumulação de adicionais de insalubridade quando o empregado estiver sujeito a mais de um agente insalubre agressivo.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA

O TST possui entendimento firmado de que é impossível a cumulação de adicionais de insalubridade e periculosidade, mantendo a redação do art. 193, §2º da CLT, mesmo que o empregado esteja submetido às duas situações simultaneamente. O obreiro deverá escolher aquele que se mostra mais benéfico e receber tão somente o escolhido.

Questão 163. Com referência a duração do trabalho, interrupção do contrato de trabalho, férias e insalubridade, julgue o item que se seguem.

Conforme o entendimento do TST, estará de acordo com a lei a concessão de repouso semanal remunerado após o sétimo dia consecutivo de trabalho, desde que a empresa pague o valor correspondente a um dia de trabalho do empregado.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA

A informação está equivocada, pois o TST entende que a concessão do descanso semanal remunerado após o sétimo dia de trabalho viola a lei 605/49. A afirmação consta na OJ 410 da SDI-1 do TST, devendo ser pago o dia em dobro. Vejam que o pagamento não torna a concessão tardia lícita.

Questão 164. A respeito do FGTS e do direito de greve, julgue o item seguinte.

Para o TST, a greve realizada com motivação política explícita, ainda que seja de curta duração, é abusiva.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA

A jurisprudência do TST é o sentido de considerar abusiva a greve política, mesmo que por curso período de tempo, pois a insatisfação com o governo não pode ensejar a utilização do instituto laboral, criado para buscar a discussão de melhores condições de trabalho junto ao empregador.

O entendimento foi firmado, por exemplo, no processo nº 1000418-66.2018.5.00.0000 julgado pelo TST, podendo ser encontrado no site do tribunal.

Questão 165. A respeito do FGTS e do direito de greve, julgue o item seguinte.

O empregado com deficiência poderá movimentar sua conta vinculada ao FGTS quando, por prescrição médica, necessitar adquirir órtese ou prótese para favorecer sua acessibilidade e inclusão social.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA

As hipóteses de saque do FGTS estão taxativamente descritas no art. 20 da Lei 8036/90, dentre elas a necessidade de aquisição de órtese ou prótese para o trabalhador com deficiência, para acessibilidade ou inclusão social.

Questão 166. Acerca da justiça gratuita, da prova pericial, do procedimento sumaríssimo e da ação civil pública na justiça do trabalho, julgue o item seguinte.

O dissídio individual cujo valor seja de até quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação será submetido ao procedimento sumaríssimo, razão por que, nele, não será possível a produção de prova técnica pericial.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA

O fato do processo estar tramitando no rito sumaríssimo por ter valor da causa de até 40 salários mínimos, não impede a produção da prova pericial, que será realizada apenas se necessário, conforme art. 852-H, §4º da CLT.

Questão 167. Acerca da justiça gratuita, da prova pericial, do procedimento sumaríssimo e da ação civil pública na justiça do trabalho, julgue o item seguinte.

A parte beneficiária da justiça gratuita é isenta do pagamento de honorários periciais, ainda que sucumbente no objeto da perícia, sendo os encargos transferidos à União.

Certo.

Errado.

Comentários

Questão **DESATUALIZADA**

Questão 168. Em relação aos recursos no processo do trabalho, à execução trabalhista e ao mandado de segurança na justiça do trabalho, julgue o item que se seguem à luz do entendimento do TST.

Deverá ser requerida nos próprios autos da execução trabalhista a devolução de valores levantados a maior em execução de sentença devido a equívoco nos cálculos realizados na liquidação

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA

O Tribunal Superior do Trabalho já julgou que não deve ser requerido nos próprios autos da execução trabalhista a devolução de valores levantados a maior em execução de sentença devido a equívoco nos cálculos realizados na liquidação, devendo ser feito em ação própria, pois viola o art. 5º, LIV, da Constituição Federal, uma vez que impede a garantia do contraditório, da ampla defesa bem como do devido processo legal ao exequente.

(RR - 411000-07.1998.5.01.0241 , Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 28/06/2017, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 03/07/2017).

Logo, a afirmativa está errada.

Questão 169. Em relação aos recursos no processo do trabalho, à execução trabalhista e ao mandado de segurança na justiça do trabalho, julgue o item que se seguem à luz do entendimento do TST.

O agravo de petição só será recebido se o recorrente delimitar as matérias e os valores impugnados e apresentar a respectiva monta atualizada até a data de interposição do recurso.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA

Trata-se de questão que exige do candidato o conhecimento sobre Agravo de Petição.

O artigo 897 §1º da CLT diz que o agravo de petição só será recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados.

Houve um julgado sobre o tema em discussão:

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. EXECUÇÃO. AGRAVO DE PETIÇÃO NÃO CONHECIDO POR AUSÊNCIA DE ATUALIZAÇÃO DOS VALORES IMPUGNADOS. INEXIGIBILIDADE. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 5º, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO. CONFIGURAÇÃO. I - A Corte local não conheceu do agravo de petição interposto pelo Banco do Brasil S.A. porque não fora apresentada a atualização monetária dos valores incontroversos até a data da interposição do apelo. II - Esta Corte vem se manifestando no sentido de que o artigo 897, §1º, da CLT apenas exige como pressuposto de admissibilidade do agravo de petição a delimitação justificada das matérias e valores impugnados, de modo que a decisão que condiciona o recebimento do apelo à apresentação dos valores atualizados até a data de sua interposição impõe ônus processual não previsto em lei, circunstância que configura ofensa direta ao artigo 5º, incisos II e LV, da Constituição. Precedentes. III - Depara-se, assim, com a constatação de o acórdão recorrido ter violado o artigo 5º, inciso II, da Constituição ao não conhecer do agravo de petição por falta de atualização dos valores incontroversos até a data da interposição do apelo, condição não prevista em lei. IV - Recurso de revista conhecido e provido. (RR - 157300-60.2007.5.15.0091 , Relator Desembargador Convocado: Roberto Nobrega de Almeida Filho, Data de Julgamento: 30/08/2017, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 01/09/2017).

Conclui-se que o agravo de petição não ser recebido se o recorrente não apresentar a respectiva monta atualizada até a data de interposição do recurso está errado, por violar o artigo 5º, inciso II, da Constituição.

Assim, a afirmativa está errada.

Questão 170. A respeito da condição de segurados e dependentes no RGPS e da fonte de custeio desse regime, julgue o item subsequente

Em caso de morte do segurado seringueiro recrutado para a produção de borracha na região amazônica durante a Segunda Guerra Mundial, sua pensão especial vitalícia poderá ser transferida aos seus dependentes reconhecidamente carentes

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

Por expressa disposição constitucional, em caso de morte do segurado seringueiro recrutado para a produção de borracha na região amazônica durante a Segunda Guerra Mundial, sua pensão especial vitalícia poderá ser transferida aos seus dependentes reconhecidamente carentes, nos termos do que dispõe o artigo 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Questão 171. A respeito da condição de segurados e dependentes no RGPS e da fonte de custeio desse regime, julgue o item subsequente.

Para efeito de concessão de benefício aos dependentes, a dependência econômica dos genitores do segurado é considerada presumida.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA

A assertiva é está errada, uma vez que a dependência dos genitores do segurado deve ser comprovada, nos termos do art. 16, incisos I e II e §4º da Lei nº 8.213/91 (Planos de Benefícios da Previdência Social) e do art.16, incisos I e II e § 7º do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999 (Regulamento da Previdência Social).

Questão 172. Cada um dos itens seguintes, acerca de benefícios previdenciários, apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Carlos, contribuinte da previdência social por quatorze meses na condição de segurado empregado, faleceu vítima de latrocínio, deixando viúva a sua companheira de vinte e três anos de idade. Nessa situação, a companheira terá direito a receber o benefício da pensão por morte por um período de quatro meses.

Certo.

Errado.

Comentários

Questão DESATUALIZADA

Questão 173. Cada um dos itens seguintes, acerca de benefícios previdenciários, apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Em maio de 2015, Antônio, ao completar cinquenta e nove anos de idade e trinta e cinco anos de contribuição para a previdência social na condição de contribuinte individual, deixou de contribuir e não requereu o benefício da aposentadoria por tempo de contribuição. Nessa situação, o direito de Antônio pleitear o benefício da aposentadoria e os proveitos econômicos dela decorrentes prescreverá em cinco anos a contar da data em que ele completou os trinta e cinco anos de contribuição

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

A questão demanda conhecimento acerca da prescrição das prestações previdenciárias e do direito adquirido.

Está incorreta pois a perda da qualidade de segurado não prejudica o direito à aposentadoria acaso preenchidos os requisitos conforme legislação em vigor, nos termos do artigo 102, §1º.

Além disso, uma vez preenchidos os requisitos, não há previsão de prescrição do fundo de direito, mas apenas das prestações - artigo 103, parágrafo único, da Lei 8.213/91.

Questão 174. Cada um dos itens seguintes, acerca de benefícios previdenciários, apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Jânio, microempreendedor individual, tem uma única empregada. Ela se encontra grávida e em tempo de receber o benefício do salário-maternidade. Nessa situação, o benefício será pago diretamente pela previdência social.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA

A assertiva está certa, pois o §3º do Art. 72 da Lei nº 8.213/91 prevê que o salário maternidade da empregada do microe empreendedor individual será pago diretamente pela Previdência Social.

Questão 175. A respeito do tratamento constitucional conferido à DP, da organização e do funcionamento da DPU e da responsabilidade funcional de seus membros, julgue o item a seguir.

Entre os modelos de assistência jurídica dos Estados contemporâneos, o Brasil adotou, na CF, o sistema salaried staff model, o que significa que incumbe à DP a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados.

Certo.

Errado.

Comentários

Questão CERTA

Questão 176. A respeito do tratamento constitucional conferido à DP, da organização e do funcionamento da DPU e da responsabilidade funcional de seus membros, julgue o item a seguir.

Conforme o entendimento do STF, a autonomia funcional conferida pela CF às DPs, que lhes assegura a iniciativa de propor seu orçamento, não inclui a prévia participação desses órgãos na elaboração das respectivas leis de diretrizes orçamentárias.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

De acordo com jurisprudência do STF, é inconstitucional a Lei de Diretrizes Orçamentárias que seja elaborada sem contar com a participação da Defensoria Pública para elaborar as respectivas propostas orçamentárias, conforme entendimento exposto no Info nº 826 do STF.

Questão 177. No que se refere às atribuições institucionais da DP, à assistência jurídica gratuita e à gratuidade da justiça, julgue o item seguinte.

De acordo com o entendimento do STF, a legitimidade da DP para atuar em ações que visem resguardar o interesse de pessoas necessitadas limita-se à tutela de direitos coletivos e individuais homogêneos.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

De acordo com o STF, a Defensoria Pública pode propor ação civil pública na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

Questão 178. A respeito da evolução histórica do constitucionalismo no Brasil, das concepções e teorias sobre a Constituição e do sistema constitucional brasileiro, julgue o item a seguir.

O poder constituinte originário e o poder constituinte derivado se submetem ao mesmo sistema de limitações jurídicas e políticas, embora os efeitos dessas limitações ocorram em momentos distintos.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

O poder constituinte originário e reformador não se submetem ao mesmo sistema de limitações jurídicas e políticas.

O poder originário (genuíno, primário ou de 1º grau):

- Cria a primeira ou a nova Constituição, rompendo com a ordem jurídica precedente;
- Inicial, autônomo, ilimitado, incondicionado e permanente.

Já o poder derivado (reforma, secundário, de 2º grau, instituído ou constituído):

- É um poder secundário, nasce com a Constituição;
- Condicionado, limitado;

Divide-se em:

- Poder Derivado Reformador: Responsável pela reforma da Constituição e regulamentar o texto constitucional;

- Poder Derivado Decorrente: Exercido pelos Estados-Membros na elaboração de suas Constituições Estaduais.

Questão 179. A respeito da teoria e do regime jurídico dos direitos fundamentais, julgue o item que segue à luz das disposições da CF.

Legislação infraconstitucional pode condicionar o exercício de direitos políticos à idade

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

Nos termos do artigo 6º do Código Eleitoral (Lei nº 4.737/65):

"Art. 6º O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de um e outro sexo, salvo:

I - quanto ao alistamento:

a) os inválidos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os que se encontrem fora do país."

Dessa forma, os direitos políticos podem ser limitados através de Legislação Infraconstitucional, no caso o Código Eleitoral, no que cabe à obrigatoriedade do voto, ou seja, da capacidade eleitoral ativa.

Salienta-se que há quem entenda que a Constituição Federal esgota os direitos políticos no que tange a idade, sendo o Código eleitoral apenas uma regulamentação dos direitos esculpidos na Carta Magna.

Questão 180. A respeito da teoria e do regime jurídico dos direitos fundamentais, julgue os itens que se seguem à luz das disposições da CF.

Os direitos fundamentais individuais incluem o direito à intimidade, o direito ao devido processo legal e o direito de greve.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

O direito a intimidade, o direito ao devido processo legal e o direito de greve são direitos e garantias fundamentais, nos termos do título II da Constituição Federal.

Ademais o direito à intimidade e o direito ao devido processo legal fazem parte do capítulo I da Constituição da República, concernente aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, nos termos do artigo 5º, X e LIV, da CF/88.

"Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

(...)

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal."

No que concerne ao direito à greve, este se encontra no capítulo II, da Constituição Federal, concernente aos Direitos Sociais, precisamente no artigo 9º, CF/88. Abaixo:

"Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender."

Dessa forma, apesar de todos serem direitos fundamentais (gênero), o direito à greve é um direito social (espécie) e os direitos à intimidade e ao devido processo legal são direitos individuais (espécie).

Questão 181. A respeito da organização do Estado e do Poder Judiciário, julgue os itens subsequentes com base no texto constitucional.

Compete exclusivamente ao STF o julgamento de habeas corpus impetrado por ministro de Estado.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

Nos termos do artigo 102, I, alínea "b" e "c" e do artigo 105, I, alínea "c", todos da Constituição Federal:

"Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

(...)

c) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 1999)

d) o habeas corpus, sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança e o habeas data contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal;

(...)

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I - processar e julgar, originariamente:

(...)

c) os habeas corpus , quando o coator ou paciente for qualquer das pessoas mencionadas na alínea "a", ou quando o coator for tribunal sujeito à sua jurisdição, Ministro de Estado ou Comandante da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 1999)."

Dessa forma, numa concatenação dos artigos supraditos, temos a seguinte competência quanto ao julgamento do Habeas Corpus:

- MINISTRO DE ESTADO COATOR: Competência do STJ.

- MINISTRO DE ESTADO PACIENTE: Competência do STF.

Questão 182. A respeito da organização do Estado e do Poder Judiciário, julgue os itens subsequentes com base no texto constitucional.

Os estados e os municípios podem legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

Nos termos do artigo 24, VIII, CF/88, assegura-se a competência legislativa dos estados na matéria:

"Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

No que concerne aos municípios, o art. 30, I e II, da CF/88, possibilita a tal ente federativo legislar sobre matérias de competência concorrente. Conforme abaixo:

"Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;"

Dessa forma, os Municípios possuem competência para legislar sobre o meio ambiente, limitada esta, no entanto, ao tratamento normativo de assuntos de interesse estritamente local.

A jurisprudência do STF corrobora com o entendimento supradito quanto aos municípios: "O Município tem competência para legislar sobre meio ambiente e controle da poluição, quando se tratar de interesse local. Ex: é constitucional lei municipal, regulamentada por decreto, que preveja a aplicação de multas para os proprietários de veículos automotores que emitem fumaça acima de padrões considerados aceitáveis". STF. Plenário. RE 194704/MG, rel. orig. Min. Carlos Velloso, red. p/ o ac. Min. Edson Fachin, julgado em 29/6/2017 (Info 870).

Acerca da competência legislativa concorrente, importante detalharmos as regras dos parágrafos do artigo 24 da Constituição Federal. Abaixo:

"Art. 24. (...)

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência complementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário."

Questão 183. A respeito de nacionalidade, julgue o item a seguir.

Situação hipotética: Laura, filha de mãe brasileira e pai argentino, nasceu no estrangeiro e, depois de ter atingido a maioridade, veio residir no Brasil, tendo optado pela nacionalidade brasileira. **Assertiva:** Nessa situação, a homologação da opção pela nacionalidade brasileira terá efeitos ex tunc e Laura será considerada brasileira desde o seu nascimento.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

" (...) Trata-se de aquisição de nacionalidade primária ou originária pelo genitor do requerente, da qual emana a condição de brasileiro nato, razão porque a sentença homologatória possui efeitos ex tunc (reconhece-se a condição de brasileiro nato desde o nascimento), logo, independe a data de homologação da opção, devendo ser estendido tal direito ao filho que comprovar o preenchimento dos requisitos legais na data do seu requerimento." (RE nº 916.043/RS)

Questão 184. A respeito de nacionalidade, julgue o item a seguir.

Brasileiro nato que, tendo perdido a nacionalidade brasileira em razão da aquisição de outra nacionalidade, readquiri-la mediante o atendimento dos requisitos necessários terá o status de brasileiro naturalizado.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADO.

Brasileiro nato que, tendo perdido a nacionalidade brasileira em razão da aquisição de outra nacionalidade, readquiri-la mediante o atendimento dos requisitos necessários terá o status de brasileiro naturalizado.

De acordo com a doutrina de José Afonso da Silva, o brasileiro nato que perdeu a nacionalidade originária por naturalização voluntária, ao readquirir a nacionalidade, será brasileiro nato e é esse também o entendimento do STF e da Banca:

A reaquisição da nacionalidade, por brasileiro nato, implica manter esse status e não o de naturalizado.

(STF - Ext: 441 EU, Relator: NÉRI DA SILVEIRA, Data de Julgamento: 18/06/1986, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJ 10-06-1988 PP-14400 EMENT VOL-01505-01 PP-00018).

Questão 185. A respeito das imunidades de jurisdição e de execução, julgue o item que se seguem.

A execução forçada de eventual sentença condenatória trabalhista contra Estado estrangeiro somente será possível se existirem, no território brasileiro, bens do executado estrangeiros à representação diplomática ou consular.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA

A assertiva está em consonância com a doutrina capitaneada por JOSÉ FRANCISCO REZEK, citado pelo Ministro Celso de Mello na ACO 709/SP: "A execução forçada da eventual sentença condenatória, entretanto, só é possível na medida em que o Estado estrangeiro tenha, no âmbito espacial de nossa jurisdição, bens estrangeiros à sua própria representação diplomática ou consular – visto que estes se encontram protegidos contra a penhora ou medida congênere pela inviolabilidade que lhes asseguram as Convenções de Viena de 1961 e 1963, estas seguramente não derogadas por qualquer norma ulterior (...)." ("Direito Internacional Público", p. 216, item n. 100, 14ª ed., 2013, Saraiva)

Questão 186. De acordo com o entendimento do STJ acerca da homologação de sentenças estrangeiras, julgue o item seguinte.

Pode ser homologada sentença penal estrangeira que determine o perdimento de imóvel situado no Brasil reconhecido como produto de crime de lavagem de dinheiro.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA.

Nos termos da jurisprudência do STJ:

"É possível a homologação de sentença penal estrangeira que determine o perdimento de imóvel situado no Brasil em razão de o bem ser produto do crime de lavagem de dinheiro. Ex: cidadão finlandês foi condenado em seu país pela prática de lavagem de dinheiro. Não há ofensa ao art. 23, I, do CPC/2015, pois a sentença estrangeira não tratou especificamente sobre a situação dos

bens imóveis, sobre a sua titularidade, mas sim sobre os efeitos civis de uma condenação penal, determinando o perdimento de bens que foram objeto de crime de lavagem de capitais." [STJ. Corte Especial. SEC 10.612-FI, Rel. Min. Laurita Vaz, julgado em 18/5/2016 (Info 586)].

Questão 187. Acerca da proteção a grupos vulneráveis, julgue o seguintes item.

Embora, como meta da Política Nacional de Resíduos Sólidos, seja um nítido avanço civilizatório, a eliminação dos lixões representa sério risco de agravamento da precariedade da condição social dos catadores que neles laboram.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA

Nos termos do artigo 15, V, da Lei nº 12.305/ 2010, temos:

"Art. 15. A União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos, tendo como conteúdo mínimo:

(...)

V - metas para a eliminação e recuperação de lixões, associada à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis."

O artigo 17, V, da lei supradita, complementa:

"Art. 17. O plano estadual de resíduos sólidos será elaborado para vigência por prazo indeterminado, abrangendo todo o território do Estado, com horizonte de atuação de 20 (vinte) anos e revisões a cada 4 (quatro) anos, e tendo como conteúdo mínimo:

(...)

V - metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis."

Dessa forma, concatenando os artigos supraditos, a eliminação e a recuperação dos lixões não podem ser feitas de forma aleatória, devendo sempre levar em conta a inclusão social e à emancipação econômica de catadores, sob pena de representar sério risco de agravamento da precariedade da condição social dos catadores que neles laboram.

Questão 188. Acerca da proteção a grupos vulneráveis, julgue o seguintes item.

A parcela da população que utiliza como moradia ruínas de edifícios abandonados pelos proprietários está incluída na mesma proteção dedicada àqueles que estão em situação de rua

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA

Nos termos do parágrafo único, do Decreto nº 7.053/2009 (Política Nacional para a População em Situação de Rua):

"Art. 1º Fica instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a ser implementada de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos previstos neste Decreto.

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória."

Questão 189. Acerca da proteção a grupos vulneráveis, julgue o seguintes item.

O STJ entende que, em decorrência do mandamento constitucional de proteção ao idoso e do princípio da solidariedade entre gerações, são irregulares os contratos de plano de saúde que preveem reajustes de mensalidade em razão da mudança de faixa etária do beneficiário.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento consolidado, fixada tese em sede de julgamento de recursos repetitivos no sentido de, em regra, serem regulares os contratos de plano de saúde que preeveem reajustes em razão da mudança de faixa etária do beneficiário, se cumpridos os requisitos legais. (REsp 1.381.606/DF, julgamento em 2014).

Questão 190. A respeito do defensor nacional de direitos humanos e do DP interamericano, julgue o item a seguir.

Em razão do princípio da autonomia institucional da DP, a CIDH não tem ingerência na designação de DP interamericano para assistir suposta vítima, sem representação legal, em processo que tramite naquele órgão julgante

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos possui ingerência na designação de Defensor Público Interamericano para assistir suposta vítima que não tenha constituído defensor público para defender seus interesses, conforme art. 37 do Regulamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Questão 191. Tendo como referência as diversas teorias da filosofia do direito, julgue o item a seguir.

Em termos gerais, a corrente originalista da interpretação constitucional defende que existe um sentido correto das normas constitucionais, cuja interpretação deve seguir o pensamento do legislador constituinte originário.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA

A assertiva sintetiza bem a teoria interpretativa originalista, desenvolvida nos Estados Unidos, que se dedica a encontrar o sentido genuíno e, portanto, único legal e legítimo, da Constituição.

O originalista ou textualista típico irá legitimar sua interpretação judicial principalmente baseado no argumento de que são porta-vozes do querer

democrático expressado em seu momento pelo povo, posteriormente positivado através de seus representantes políticos em um texto legal. Para o originalista a aplicação da Constituição representa aplicar-lhe literalmente, isto é, aplicar a letra da lei constitucional.

Fonte: BUENO, Roberto Pinto. Interpretação Constitucional: a polêmica entre o originalismo e não originalismo. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Católica de São Paulo, 2010, p. 15. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/red/issue/view/321>. Acesso em 06 de maio de 2020.

Questão 192. Tendo como referência as diversas teorias da filosofia do direito, julgue o item a seguir.

Seria incompatível com o positivismo jurídico a postura de jurista que apresentasse críticas ao apartheid, na medida em que esse regime era fundado em normas positivadas pelo Estado.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADA

Na realidade, o positivismo jurídico está relacionado à ausência de invocação de conceitos morais na aplicação do direito, conforme proposto por Hans Kelsen na clássica obra da Teoria Pura do Direito. Entretanto, isso não significa que não se possa fazer críticas à determinada norma, simplesmente pelo fato de ela estar positivada.

Fonte: STRECK, Lênio. "Aplicar a letra da lei é uma atitude positivista ?". Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/2308/1623>).

Questão 193. Acerca das teorias contemporâneas da justiça, julgue o item a seguir.

De acordo com o utilitarismo, a relação sexual consentida entre homossexuais e sem prejuízo a terceiros, ainda que vista como inadequada por um grupo social, não configura uma questão de moralidade.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA

A assertiva se refere ao princípio do dano, o qual, na doutrina utilitarista de John Stuart Mill, retira do Estado a possibilidade de interferir nas escolhas pessoais: "o único propósito para se exercer poder sobre qualquer membro de uma comunidade civilizada, contra sua vontade, é evitar dano a outrem".

Fonte: FONTES, Paulo Gustavo. Filosofia do Direito, 2016. p. 142

Questão 194. Em uma ação de reintegração de posse, foi determinada a remoção de centenas de famílias, que havia anos tinham fixado moradia no local e compartilhavam a prestação de serviços mútuos. Antes da ocupação, o espaço era um terreno abandonado de propriedade da massa falida de uma empresa em débito com a fazenda pública, única credora habilitada. A comunidade, além da mobilização junto aos governos municipal e estadual com o objetivo de regularizar a ocupação, havia, por meio de sua associação, procurado o órgão da DP, que, na oportunidade, ajuizou ação de desapropriação indireta, que ainda não havia sido julgada. Quando do cumprimento da decisão de reintegração de posse, diante da resistência dos integrantes da ocupação, registrou-se o uso desproporcional de violência pela força policial, tendo a ação resultado em prisões, pessoas feridas e perda de objetos pessoais dos moradores.

A respeito dessa situação hipotética e de ideias relacionadas à sociologia do direito, julgue o item a seguir.

A decisão judicial em apreço — de reintegração de posse — é exemplo do efeito simbólico que a norma sobre a função social da propriedade representa no ordenamento jurídico brasileiro.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTA

O fenômeno descrito na assertiva consubstancia aquilo que o professor Marcelo Neves sustenta haver, na realidade brasileira, a vigência do fenômeno da “constitucionalização simbólica”, através do qual a Constituição (e seus princípios como função social da propriedade exemplificado no quesito) só se torna concreto quando não afronta interesse de grupos privilegiados.

Fonte: DUQUE, Daniele. O critério do Direito: aporias sobre uma definição pluralista do Direito em situações de conflitos de

propriedade urbana. Faculdade Estácio de Sá. UNIRADIAL. Disponível em: <<https://portal.estacio.br/anuario/4315127/o%20crit%C3%A9rio%20do%20direito>>

Questão 195. Em relação ao conceito de ciência política e à legitimidade do poder político, julgue o item a seguir.

À luz da conhecida tipologia weberiana a respeito da dominação legítima, é correto afirmar que a política contemporânea é caracterizada pelo predomínio da dominação de tipo racional-legal e pela inexistência da dominação tradicional e da dominação carismática.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADO.

A questão está incorreta. Segundo Weber, a política contemporânea é caracterizada pela existência da dominação de tipo racional-legal, da dominação tradicional e da dominação carismática.

Weber descreve os tipos puros de dominação com base na origem de sua legitimidade, ou seja, com base no porquê de as pessoas aceitarem as ordens. São três tipos puros de Dominação Legítima:

- i) De caráter racional-legal: baseada na crença na legitimidade das ordens estabelecidas e do direito de mando daqueles que, em virtude dessas ordens, estão nomeados para exercer a dominação;
- ii) De caráter tradicional: baseada na crença cotidiana da santidade das tradições vigentes desde sempre e na legitimidade daqueles que, em virtude dessas tradições, representam a autoridade;
- iii) De caráter carismático: baseada na veneração extraordinária da santidade, do poder heróico ou do caráter exemplar de uma pessoa e das ordens por esta reveladas ou criadas.

Questão 196. Em relação ao conceito de ciência política e à legitimidade do poder político, julgue o item a seguir.

De forma geral, define-se ciência política como toda interpretação de fenômenos políticos fundada na observação dos fatos e na argumentação racional, em oposição às afirmações derivadas do senso comum.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTO.

A questão está correta. Segundo Paulo Bonavides: "A Ciência Política, em sentido lato, tem por objeto o estudo dos acontecimentos, das instituições e das ideias políticas, tanto em sentido teórico (doutrina) como em sentido prático (arte), referido ao passado, ao presente e às possibilidades futuras."

Questão 197. Tendo como referência os sistemas democráticos no mundo contemporâneo, julgue o item subsequente.

A abundância de informações em tempo real propagada pela Internet agravou a crise pela qual passam, atualmente, os partidos políticos e a democracia representativa.

Certo.

Errado.

Comentários

CERTO.

A questão está correta. Andressa Liegi, em seu artigo “Mobilização e redes sociais no Brasil: da crise da Democracia ao populismo de Bolsonaro” de 2021, explica: “No caso brasileiro, as crises de representação, de legitimidade e da democracia em si, foram acentuadas durante o período, porém resultaram em maior engajamento e mobilização dos cidadãos, motivados pela indignação e desejo de demonstrar suas insatisfações com o sistema político. Entretanto, esta mobilização não foi baseada no civismo e em valores democráticos. Assim, enquanto os cidadãos passaram a se sentir mais interessados pela política e tornaram-se mais participativos, através das redes sociais e dos protestos, esse processo foi marcado pela polarização política, por uma reação a valores progressistas, expressa pelo apelo moral, e pelo anti-petismo. A mídia teve um papel central, gerando engajamento através de críticas ao sistema político, além de criar uma indignação seletiva, na qual toda a insatisfação foi direcionada ao PT e a corrupção associada exclusivamente a tal partido.”.

Questão 198. A respeito do conceito e dos objetos da criminologia, julgue o item a seguir.

O desvio ou o delito, objetos da criminologia, devem ser abordados, primordialmente, como um comportamento individual do desviante ou delinquente; em segundo plano, analisam-se as influências ambientais e sociais.

Certo.

Errado.

Comentários

ERRADO.

A questão está incorreta. Segundo Newton Fernandes (apud HABERMANN, 1995, p. 85): “A Criminologia é a ciência que estuda o fenômeno criminal, a vítima, as determinantes endógenas e exógenas, que isolada ou cumulativamente atuam sobre a pessoa e a conduta do delinquente, e os meios labor-terapêuticos ou pedagógicos de reintegrá-lo ao grupo social”.

Questão 199. Acerca dos princípios do direito eleitoral e dos direitos políticos, julgue os itens a seguir.

Uma vez que o direito de ser votado integra o rol dos direitos e garantias individuais e que estes, por força constitucional, não podem ser abolidos, as condições de elegibilidade não podem ser objeto de proposta de emenda à CF

Certo.

Errado.

Comentários

Acerca dos princípios do direito eleitoral e dos direitos políticos, julgue os itens a seguir.

Uma vez que o direito de ser votado integra o rol dos direitos e garantias individuais e que estes, por força constitucional, não podem ser abolidos, as condições de elegibilidade não podem ser objeto de proposta de emenda à CF

Solução em texto

rápida

completa

ERRADA.

O artigo 60, § 4º, da Constituição Federal, enfatiza:

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

Numa primeira linha argumentativa, importante afirmar que direitos e garantias fundamentais podem sim ser objeto de deliberação via Emenda Constitucional, o que não pode é a ABOLIÇÃO

desses direitos e garantias. Assim, as cláusulas pétreas podem ser objeto de Emenda constitucional, desde que obedecido ao dispositivo constitucional de não abolição.

Ademais, quanto às condições de elegibilidade, o artigo 14, § 3º e § 9º, ambos da CF/88, estabelecem critérios para a elegibilidade, podendo esta ser restringida legalmente ou constitucionalmente, uma vez que os artigos supraditos são de eficácia contida.

A jurisprudência corrobora com o entendimento acima firmado:

LEI COMPLEMENTAR 135/2010, DENOMINADA LEI DA FICHA LIMPA. INAPLICABILIDADE ÀS ELEIÇÕES GERAIS 2010. PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE ELEITORAL (ART. 16 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA). I. O PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE ELEITORAL COMO GARANTIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL ELEITORAL. O pleno exercício de direitos políticos por seus titulares (eleitores, candidatos e partidos) é assegurado pela Constituição por meio de um sistema de normas que conformam o que se poderia denominar de devido processo legal eleitoral. Na medida em que estabelecem as garantias fundamentais para a efetividade dos direitos políticos, essas regras também compõem o rol das normas denominadas cláusulas pétreas e, por isso, estão imunes a qualquer reforma que vise a aboli-las. O art. 16 da Constituição, ao submeter a alteração legal do processo eleitoral à regra da anualidade, constitui uma garantia fundamental para o pleno exercício de direitos políticos. (RE 633703, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, REPERCUSSÃO GERAL, DJe-219 DIVULG 17-11-2011)

Questão 200. À luz do direito penal militar, julgue o item a seguir, relativo a suspensão condicional da pena, livramento condicional, penas acessórias e extinção da punibilidade.

O CP prevê prazo máximo para prescrição da ação penal de vinte anos, assim como prevê o CPM para os crimes cometidos em tempo de paz.

Certo.

Errado.

Comentários

Questão ERRADA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreiraJurídica](#) / [thiagofetsch](#)